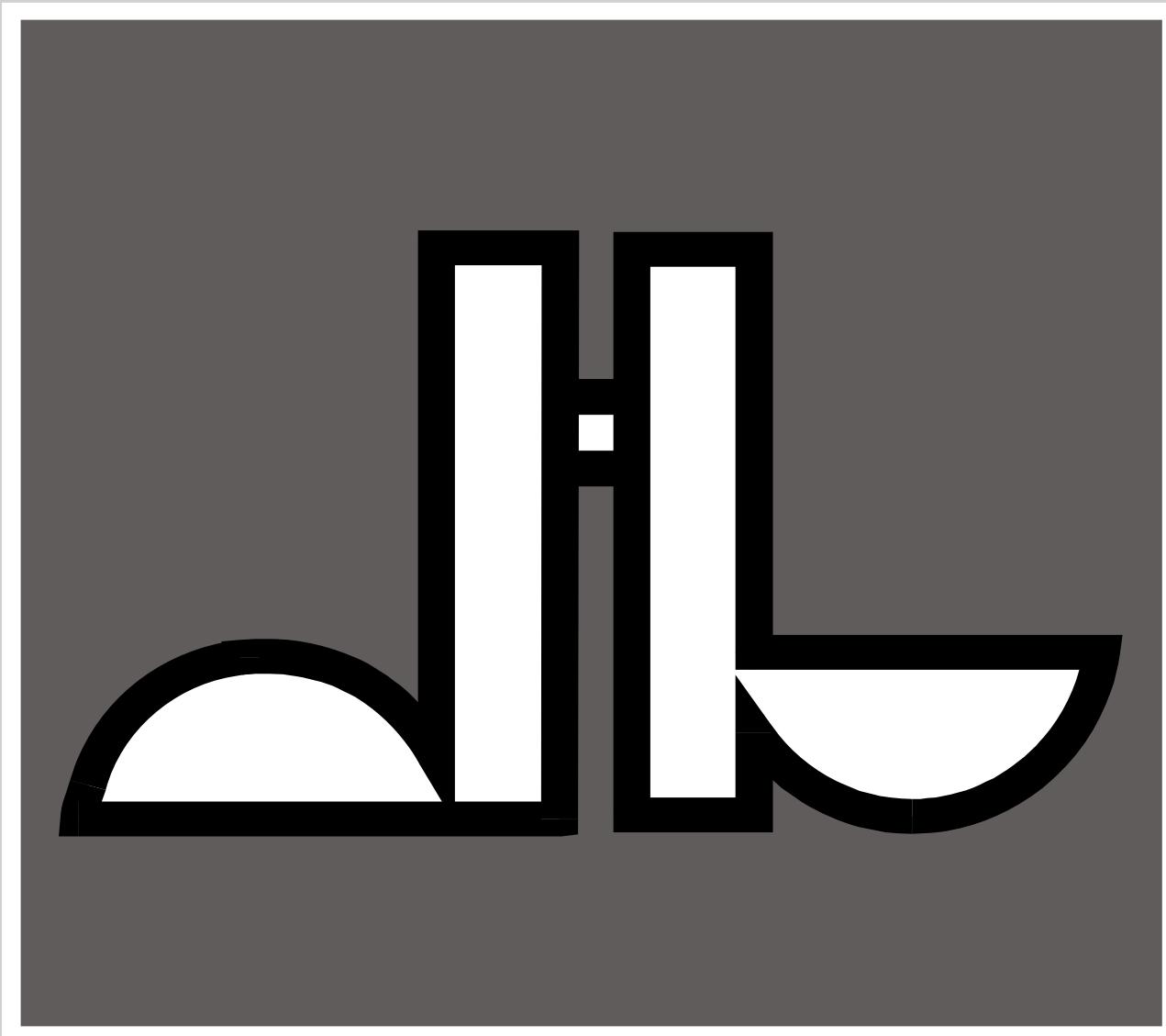




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXI - Nº 18 - SEXTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 15^a SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 14 DE DEZEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à Constituição do Parlamento do Mercosul.....

2502

1.2.1 – Recepção do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva

1.2.2 – Pronunciamentos

Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Pro Tempore da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.....

2502

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil.....

2505

Deputado Alfredo Atanasof, Presidente da Representação Argentina na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.....

2507

Deputado Roberto Conde, Presidente da Representação Uruguaia na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.....

2519

Senador Alfonso González Nuñez, Presidente da Representação Paraguaia na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.....

2522

Deputado Saul Ortega, Presidente da Representação Venezuelana na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.....

2529

Dr. Carlos Alvarez, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul

2533

Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara do Deputados da República Federativa do Brasil..

2534

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

2534

Declaração de Constituição do Parlamento do Mercosul.....

2535

1.2.4 – Fala do Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Senador Renan Calheiros

2537

1.3 – ENCERRAMENTO

Ata da 15^a Sessão Conjunta (Solene), em 14 de dezembro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 34 minutos, no Plenário do Senado Federal)

SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL, DESTINADA À CONSTITUIÇÃO DO PARLAMENTO DO MERCOSUL 14 DE DEZEMBRO DE 2006

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em cumprimento à Decisão nº 49, de 2004, do Conselho do Mercado Comum, e ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, declaro aberta a sessão solene destinada à constituição do Parlamento do Mercosul.

Compõem a Mesa, juntamente comigo, o Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; o Exmº Sr. Presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Senador Sérgio Zambiasi; o Exmº Sr. 1º Secretário do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira; o Sr. Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Carlos Chaco Alvarez.

Estão presentes a esta solenidade as delegações da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul da Argentina, representada pelo Deputado Alfredo Atanasof; do Paraguai, representada pelo Senador Alfonso González Nuñez; do Uruguai, representada pelo Deputado Roberto Conde; da Venezuela, representada pelo Deputado Saúl Ortega; e do Brasil, no exercício da Presidência *pro tempore*, repito, representada pelo nosso estimado Senador Sérgio Zambiasi.

Tenho a honra de comunicar ao Plenário a presença de muitas autoridades, entre as quais o Exmº Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim; o Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Rubén Ramírez Lezcano; o Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Reinaldo Gargano; e o Exmº Sr. Ministro Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Tenho a honra de comunicar a presença na nossa Mesa do Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Dr. Carlos Alvarez.

Em primeiríssimo lugar, neste momento histórico em que instalamos o Parlamento do Mercosul, fazendo na prática a conclusão desse processo de integração

institucional do Parlamento, tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, Presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; Exmº Sr. Presidente *pro tempore* da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Dr. Carlos Alvarez; Exmº Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira; Colegas Parlamentares; representantes das nações sul-americanas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Zambiasi, se V. Exª nos permitir, interromperemos rapidamente a sessão para receber o Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Logo após, retomaremos o discurso de V. Exª.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Com um grande abraço e com muitos aplausos, seja bem-vindo o Presidente Lula! (Palmas.) (Pausa.)

(Aguarda-se a entrada em plenário do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço, por favor, que todos tomem seus lugares.

(O Excelentíssimo Senhor Presidente da República entra no Plenário e dirige-se à Mesa, acompanhado pelo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e autoridades.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encontra-se presente nesta sessão, para fortalecer ainda mais o processo de integração do Mercosul, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, para satisfação do Senado Federal e deste Congresso como um todo!

Retoma a palavra o nobre Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Novamente, cumprimento meus Exm^{os}s Colegas; o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil e Presidente *pro tempore* do Mercosul, Luiz Inácio Lula da Silva; o Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; o Exm^o Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira; o Sr. Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Dr. Carlos Alvarez; os Colegas Parlamentares do Parlamento do Mercosul; os Srs. Ministros; as companheiras e os companheiros sul-americanos.

Hoje, é um dia muito especial para todos nós sul-americanos.

Depois de um amargo período em que muitos Congressos em nosso continente foram fechados ou enfraquecidos e de um pacífico processo de reconquista e de consolidação da democracia, estamos vivendo um dos mais importantes fatos políticos dos últimos tempos: o nascimento, a constituição de um Parlamento, o Parlamento do Mercosul! (Palmas.)

Um Parlamento eleito democraticamente pelo voto popular é a primeira e última trincheira da democracia. Com seus defeitos e virtudes, é o depositário da confiança dos povos. É a sua voz, seu representante na defesa e na luta por melhores condições de vida.

A legitimidade conferida pelo voto popular é indissociável dos Parlamentos, que representam a totalidade das tendências em seus países por sua pluralidade. O Parlamento do Mercosul, que estamos constituindo neste momento, é resultado de um projeto, é um esforço coletivo de nossos povos, expresso no trabalho incansável de suas lideranças, sejam elas dos Executivos, das Chancelarias, dos Congressos e da sociedade civil; de ex-Presidentes das Comissões Parlamentares Conjuntas e dos atuais Presidentes, Deputado Alfredo Atanasof, da Argentina; Senador González Nuñez, do Paraguai; Deputado Roberto Conde, do Uruguai; e Deputado Saúl Ortega, da Venezuela; de Deputados, como o Dr. Rosinha, que desempenhou um importante papel na elaboração do Protocolo; de Senadores, a exemplo do nosso atual Vice-Presidente da Comissão, Pedro Simon, que, como Parlamentar e Governador, participou desde o início da construção do Mercosul e foi um dos membros da instalação da respectiva Comissão Mista neste Congresso brasileiro; além de intelectuais, de técnicos e de funcionários de todas as Casas legislativas dos países do Bloco e da Secretaria Administrativa do Mercosul, a quem agradeço a dedicação. (Palmas.)

O reconhecimento ao trabalho de todos, permitam-me fazê-lo na pessoa do Secretário-Geral da Mesa do Senado, nosso querido companheiro Rai-

mundo Carreiro, cujo apoio foi fundamental para que pudéssemos cumprir os prazos previstos e para que chegássemos até este momento. (Palmas.)

Especialmente, gostaria de destacar o papel do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, ao lado dos seus colegas dos demais Países Membros, empenha-se cotidianamente não apenas pela construção do Mercosul e de seu Parlamento, mas pela unidade ainda mais ampla de todos os povos e países da América do Sul. É um compromisso fundamental que integrou seu primeiro pronunciamento após ter sido reeleito Presidente da República e que vem sendo cumprido por meio de iniciativas diplomáticas e de ações concretas em campos fundamentais, como, por exemplo, o da infra-estrutura, Sr. Presidente. (Palmas.)

É importante também lembrar que o Acordo de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, firmado em 1988 pelos então Presidentes do Brasil, José Sarney – a quem presto homenagem neste momento –, e da Argentina, Raúl Alfonsín, já previa a constituição de “uma Comissão Parlamentar Conjunta de Integração”, apontando claramente a intenção de envolver, inicialmente, os Parlamentos dos dois países e, depois, dos demais países nos processos decisórios.

Mais tarde, já no contexto do Mercosul, com a presença do Uruguai, do Paraguai e, mais recentemente, da Venezuela, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e suas sessões nacionais vêm aprofundando o processo de articulação e de integração.

Sem dúvida, buscando enfrentar as assimetrias regionais e empunhando os valores da democracia e dos direitos humanos, a Comissão Parlamentar Conjunta cumpriu seu papel de órgão político da integração e de representante dos Parlamentos dos Estados Parte.

Com a realização desta Sessão Inaugural, estamos cumprindo a decisão dos Chefes de Estado, firmada em dezembro de 2005, em Montevidéu, que determinou a instalação do Parlamento do Mercosul até o final deste ano.

A sessão de hoje é resultado da mobilização dos Congressos Nacionais dos respectivos países, que aprovaram o protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul, confirmado a determinação e o compromisso dos Parlamentares com o processo de integração regional e com o aprofundamento da institucionalização do Bloco.

Nesse sentido, gostaria de agradecer o empenho ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, no processo de aprovação tanto do protocolo do Parlamento quanto do Fundo Estrutural, o Focem, que é destinado a redu-

zir as assimetrias regionais e que já está produzindo seus primeiros resultados com a estruturação e com o financiamento de programas, como, por exemplo, para erradicação da febre aftosa nos países do Bloco.

O Parlamento do Mercosul nasce com o compromisso, Sr. Presidente, da transparéncia e da austerdade, com o compromisso de representar os povos da região, respeitando sua pluralidade ideológica e política. Também traz entre seus propósitos assumir a promoção e a defesa permanente da democracia, da liberdade, incluindo aí a fundamental liberdade de imprensa e da paz.

Da mesma forma, estamos todos empenhados na promoção do desenvolvimento sustentável da região com justiça social e com respeito à diversidade cultural de suas populações. Soma-se a tudo isso a disposição política e estratégica de contribuir para consolidar a integração sul-americana, mediante o aprofundamento e ampliação do Mercosul.

Com essas premissas fundamentais, o Parlamento do Mercosul se levanta para enfrentar as assimetrias que atingem as populações da região, que passa pela necessária e decisiva harmonização das legislações, e mesmo das constituições, para que as medidas que venham a ser implementadas tenham efeito para o conjunto dos países.

É decisivo produzir, em parceria com o Conselho do Mercado Comum e com o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, um processo de estabilidade institucional e também de segurança jurídica, para que os povos, as instituições e ainda os investidores sintam-se confortáveis para conviver, transitar e empreender na região.

Assim, apresento aqui como sugestão que uma das primeiras ações do Parlamento do Mercosul seja a criação de uma Comissão de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a meu ver fundamental para dar início a esse trabalho de busca da integração no terreno legal, jurídico e social.

Exemplo dessa urgência, Sr. Presidente Renan Calheiros, é o Estatuto do Desarmamento, já em vigor no Brasil, mas que só terá sua eficácia plena se medidas similares forem adotadas nos países fronteiriços. E destaco aqui a autoria do Estatuto, que é do nosso Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que preside, neste momento, esta sessão solene.

A ausência também de uma legislação adequada faz de imigrantes ainda considerados ilegais vítimas do desumano trabalho escravo sob a exploração de máfias internacionais, situação que exige uma ação urgente e integrada dos países. Já avançando nesse trabalho, uma parceria da Comissão Parlamentar Conjunta do

Mercosul com a Organização Internacional do Trabalho resultou em orientações para se buscar a harmonização das legislações, inicialmente, no combate ao trabalho infantil nos países do Bloco. (Palmas.)

Com esse mesmo espírito, o Fórum Mundial de Turismo para a Paz e Desenvolvimento, realizado em Porto Alegre, no início deste mês de dezembro, com o apoio do nosso Ministro Walfrido dos Mares Guia, moveu a integração dos países da América do Sul para o lançamento de uma campanha unificada de combate à exploração do turismo sexual, cujas principais vítimas são as crianças e os adolescentes. (Palmas.)

É verdade que, mesmo com os inegáveis avanços registrados, enfrentamos dificuldades, e aceitar as críticas que porventura nos sejam feitas faz parte do processo de aprimoramento para o crescimento e a afirmação da integração. O caminho é difícil, mas contamos com a história de nossos antepassados, Presidente Lula, heróis e cidadãos comuns, que sonharam um dia com a união da América do Sul em um só bloco. As dificuldades são grandes, mas, certamente, não maiores do que as que marcaram o nascimento da União Européia, exemplo de construção de unidade entre povos, países, economias, histórias e culturas diversas. Hoje, contando com 25 países e com um sentido de integração e cidadania plena, a Comunidade Européia nasceu do Tratado de Roma, que sepultou a rivalidade entre França e Alemanha, antes separadas por cruéis e sanguinárias guerras que arrasaram países e separaram povos.

Hoje, como nunca em nossa História, os povos sul-americanos têm a possibilidade real de construir novas formas de integração em todos os campos, seja social, econômico ou humano. Os fatos mais recentes têm demonstrado a disposição dos sul-americanos de conformar uma consciência coletiva de valores no terreno não só de defesa de suas riquezas, mas também da construção de um espírito comunitário, o espírito da cidadania mercosulina, “o Mercosul dos Povos”, como muito bem definiu nosso Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. (Palmas.)

A adesão da Venezuela ampliou a visão geopolítica da integração, levando o Mercosul ao Norte do continente. E, assim, firmamos as bases para a concretização do grande sonho da plena integração sul-americana, por meio de um único bloco ligando a Patagônia às portas do Caribe, conforme desejo manifestado recentemente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma canção da minha terra, o Rio Grande do Sul, de autoria do consagrado artista Elton Saldanha, diz:

Eu sou do Sul,

É só olhar para ver que eu sou do Sul,

A minha terra tem o céu azul,
É só olhar e ver...

Nós todos do Brasil, sulistas, nortistas, nordestinos, somos do Sul. Somos da América do Sul, somos Mercosul.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anfitrião e Presidente *pro tempore* do Mercosul.

Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (Presidente da República Federativa do Brasil.) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; Exmº Sr. Presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Senador Sérgio Zambiasi; Exmº Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira; meu caro amigo Carlos Alvarez, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul – nosso querido Chaco Alvarez; meu querido companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Sr. Rubens Ramirez Lezcano, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai; Sr. Reinaldo Gargano, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai; nosso querido companheiro Luiz Dulci, Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Senador Gonzalez Nunes, Presidente do Parlamento do Mercosul; meus amigos Parlamentares, Senadores, Deputados e jornalistas, é um privilégio e motivo particular de orgulho para o Brasil sediar esta Sessão Constitutiva do Parlamento do Mercosul durante a Presidência *pro tempore* do Mercosul.

Esta cerimônia simboliza as novas possibilidades que se abrem para o nosso bloco regional, que está buscando construir sua institucionalidade ainda pequena.

Manifesto o meu agradecimento muito especial aos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. O apoio do Senador Renan Calheiros e do Deputado Aldo Rebelo foi decisivo para a aprovação pelo Congresso brasileiro, no último mês de setembro, do protocolo que criou o Parlamento do Mercosul. Na pessoa deles, saúdo os Parlamentares de todos os países do Bloco.

Quero também agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi, ao Deputado Rosinha e aos demais membros da Seção Nacional da Comissão Parlamentar Conjunta e das seções nacionais de cada um dos Estados-partes. O empenho e a dedicação de todos foram fundamentais para chegarmos a este resultado.

Hoje, estamos tornando realidade a decisão do Chefe de Estado do Mercosul, expressa em dezembro de 2005, quando determinamos a instalação do Parlamento Regional até o final de 2006.

Na Cúpula de Córdoba, na Argentina, quando o Brasil assumiu a Presidência *pro tempore* do Mercosul, afirmei que nos empenharíamos para a sua instalação o quanto antes. Vejo que o nosso esforço conjunto foi um sucesso.

Já disse, em mais de uma ocasião, compartilhando a opinião dos meus colegas, Presidentes dos países membros do Bloco, que os obstáculos que enfrentamos na construção do Mercosul só podem ser superados com mais diálogo, mais integração e mais Mercosul. (Palmas.)

É importante que nos esforcemos para que o Mercosul esteja mais próximo do dia-a-dia de nossas populações. A criação deste Parlamento é uma iniciativa talvez das mais relevantes para realizar essa aproximação. Representa um marco histórico em nosso Bloco.

Aprofunda a dimensão política da integração; contribui para a consolidação de uma cidadania regional, na medida em que enraíza o Mercosul em nossa sociedade; reforça, assim a identidade comum de nossa associação.

Como disse o Senador Sérgio Zambiasi ao anunciar à sociedade brasileira a realização desta cerimônia, o Parlamento é o fórum onde os povos se reúnem, se encontram, trocam suas experiências, debatem suas propostas e adotam suas decisões. O Parlamento contribui, e muito, para a formação de um espaço comum que expressa o pluralismo político e a diversidade cultural da região, consolida a democracia representativa e a legitimidade social de nossos esforços de integração.

Meus queridos amigos e amigas, sabemos que o Parlamento do Mercosul não terá, pelo menos inicialmente, função legislativa. Não vai se sobrepor aos Congressos Nacionais de cada Estado-partes, mas terá papel decisivo para fazer avançar a harmonização das legislações nacionais em diversas áreas. E, quando for necessária a aprovação legislativa, tornará mais ágil a incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos internos. Servirá de laboratório político importante para avançarmos, futuramente, no plano da supranacionalidade, seguindo as grandes experiências de integração em curso no mundo.

É preciso ter presente que este é, essencialmente, um espaço de representação dos povos do Mercosul. Nessa condição, ele cumprirá as tarefas fundamentais de promover e defender a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento sustentável com justiça social. Deverá estimular a formação de uma consciência integracionista na sociedade civil dos países da região. Deverá ajudar a construir a integração sul-americana. Isso não é pouco.

Este órgão será uma verdadeira caixa de ressonância para os anseios e preocupações dos diversos setores de nossa sociedade, um fórum de discussão de nossos principais problemas econômicos, sociais e políticos.

Recentemente, realizamos aqui mesmo, em Brasília, o IV Encontro de Cortes Supremas do Mercosul. Essa é uma área com grande potencial de integração. Quem sabe não teremos, num futuro próximo, uma vertente judiciária do Mercosul?

A representação dos Três Poderes no Mercosul seria um passo importante rumo a um bloco cada vez mais coeso e equilibrado.

Meus amigos e minhas amigas, esta é mais uma demonstração da vitalidade do Mercosul, que desmente as vozes pessimistas que, freqüentemente, anunciam nossa crise, quando não, a desaparição do Bloco.

Nosso Parlamento regional já foi uma aspiração, um sonho. Hoje, graças ao trabalho de muitos que vejo aqui, tornou-se uma realidade, uma conquista da vontade coletiva dos cidadãos do Mercosul.

Meus amigos e minhas amigas, neste momento em que estamos fazendo um pouco da história da nossa região e criando o espaço do Parlamento do Mercosul, eu queria que houvesse a compreensão de que a integração é um momento extraordinário para que nós não nos cansemos de debater as nossas divergências, as nossas convergências, e que, ao mesmo tempo, um País do tamanho do Brasil – que é a maior economia do Bloco – tenha consciência de que nós precisamos ter políticas generosas com os países menores economicamente na nossa região. (Palmas.)

Eu quero dizer isso, Presidente Renan Calheiros e meu caro Sérgio Zambiasi, porque, muitas vezes, lemos na imprensa referências com certo desdém ao Bloco do Mercosul; muitas vezes, ouvimos referências com certo desdém à nossa relação com o Uruguai, com o Paraguai, com a Argentina e com a Venezuela, e, às vezes, até com relação à construção da comunidade sul-americana de nações, porque, habitualmente, o Brasil tinha uma tradição muito forte de uma relação privilegiada com os chamados blocos ricos do mundo, com os Estados Unidos e com a União Européia.

Se quisermos que o Mercosul se transforme num espaço legítimo de aspiração do povo do Bloco, o Brasil tem que assumir a responsabilidade de ajudar no desenvolvimento dos países menores. (Palmas.)

E digo isso, Zambiasi, porque, de vez em quando, criamos problemas onde não deveríamos fazê-lo. Nós falamos das relações internacionais, muitas vezes, sem levar em conta a necessidade da generosidade dos dois maiores países do Bloco, Argentina e Brasil, com os países menores. Se quisermos que a Bolívia entre no Mercosul – e, certamente, ela entrará –, é preciso que tenhamos consciência de que precisamos ajudar a Bolívia, precisamos elaborar projetos conjuntos, precisamos trabalhar o desenvolvimento, por que, senão, esses países não encontrarão nenhuma razão para estarem no Mercosul.

Vira-e-mexe, ouvimos e lemos na imprensa vozes dizendo que é melhor fazer acordo com os Estados Unidos, que é melhor fazer acordo não sei com quem, porque eles não vêm, na ação do Mercosul, a

política de generosidade e a política de compreensão que nós, como maior economia, temos de ter.

Vira-e-mexe, temos problema de gás; vira-e-mexe, temos problemas com produtos. Lembro que estamos há mais de quarenta dias para aprovar uma água que temos de importar do Uruguai, e que esta água já foi testada oitenta vezes e a sua importação ainda não foi autorizada. Lembro que, de vez em quando, os arrozeiros do Rio Grande do Sul fazem movimento naquele Estado para que não importemos arroz do Uruguai. Vejo, de vez em quando, na Ponte da Amizade, uma verdadeira inimizade, ou seja, uma rigidez exagerada na relação política internacional.

Quer dizer, se tivermos a compreensão e, daí, a grandeza de ação, como a criação deste Parlamento do Mercosul, onde os Deputados e Senadores debaterão esses assuntos cotidianamente, fica mais fácil aprovar a legislação que possa mudar a relação do Brasil com os demais países do Bloco.

Lembro que, logo no começo do meu Governo, o Presidente do Senegal me telefonou pedindo um avião, porque havia uma praga de gafanhotos acabando com os milharais do Senegal. E achei que era uma coisa simples mandar um avião desses, do tipo Ipanema, para lá, um avião pequeno, que custava pouco; porém, demoramos quase cinco meses para mandar o avião, porque há todo um processo de aprovação de lei etc. Ou seja: quando o avião chegou lá, os gafanhotos já haviam comido o milho todo! Espero que ele nunca mais precise do avião e que não haja mais pragas de gafanhoto.

Com a criação do Parlamento do Mercosul, essas coisas vão ficar mais fáceis; esses sistemas, que parecem tão sensíveis, vão ficar menos sensíveis e mais racionais, para que a gente possa fazer o Bloco dar certo.

Eu tenho o privilégio de presidir o País no momento auspicioso do Mercosul. Lembro-me que, quando tomei posse, havia vozes e mais vozes dizendo que o Mercosul tinha acabado; havia vozes e mais vozes dizendo que era preciso consolidar a Alca, porque o Mercosul não iria sobreviver.

Hoje, se analisarmos bem, ninguém, a não ser algum saudosista, fala mais em Alca. Ela desapareceu da imprensa brasileira, das reuniões dos Presidentes, e nós estamos consolidando um crescimento extraordinário na balança comercial dos países do Mercosul. (Palmas.)

É importante, Zambiasi, que todos atentem para o crescimento da balança comercial entre o Brasil e a Argentina, entre o Brasil e os outros países que compõem o Mercosul, entre Brasil e Venezuela e entre os países também da América Latina. Essa é uma demonstração de que nós agimos corretamente quando não ficamos dependendo apenas de um país ou de um bloco de países. O Mercosul tem de se abrir para o mundo, e vamos trabalhar, cada vez mais, para que haja o acordo Mercosul/União Européia, a fim de que

possamos consolidar este Bloco e dinamizar a economia dos nossos países.

Quero, portanto, dizer a V. Ex^{as}s que agradeço a Deus por ter vivido este momento histórico e poder participar da criação do Parlamento do Mercosul. (Palmas.)

É uma coisa pequena ainda, embrionária; algo, eu diria, até com muita humildade o que estamos criando. Mas quem de nós não nasceu pequeno? Quem de nós não nasceu humilde? Quem de nós não começou do zero? Portanto, quero parabenizar a todos os Deputados e Senadores, a todos os países que fazem parte do Mercosul, a todos os chanceleres, aos nossos homens da diplomacia, que permitiram que nós, no ano de 2006, pudéssemos cumprir uma das promessas feitas pelo Chefe de Estado do Mercosul.

Meus parabéns, Senador Renan Calheiros; meus parabéns, Deputado Aldo Rebelo; e meus parabéns a todos vocês.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos sensibilizados a honrosa presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República nesta sessão solene de constituição do Parlamento do Mercosul, que é, sem dúvida alguma, a conclusão institucional do Parlamento do nosso Bloco Econômico.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Suspenderemos a sessão para as despedidas ao Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em seguida, retomaremos os nossos trabalhos.

(Suspensa às 11 horas e 17 minutos, a sessão é reaberta às 11 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Peço a todos que, por favor, retornem aos seus lugares.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Presidente da Representação Argentina na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Deputado Alfredo Atanasof.

O SR. DEPUTADO ALFREDO ATANASOF – Saludos:

Sr. Presidente del Senado Federal Renan Calheiros

Sr. Presidente de la Cámara de Diputados Aldo

Rebelo Sr. 1º Secretário do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira

Sr. Presidente de la Comisión de Representantes *Congreso*

Permanentes del MERCOSUR Carlos Álvarez

Sres. Presidentes de las Secciones Nacionales de la CPC, compañeros Sen. Sergio Zambiasi, Sen.

Alfonso González Núñez, Dip. Roberto Conde y Dip.

Saúl Ortega.

Señoras y Señores Diputados y senadores

Brasileños y Delegaciones de Parlamentarios de los

Estados Parte del Mercosur

Miembros de los cuerpos diplomáticos y demás autoridades presentes

Alfredo Gómez

Señoras y Señores:

Realmente estamos dando hoy aquí, con la Constitución del Parlamento MERCOSUR, un gran paso en nuestro proceso de integración regional, cuyas consecuencias se sentirán sin dudas con mucha fuerza, en los próximos años, en la medida en la que seamos capaces de dar a este nuevo órgano el lugar que se merece en la construcción de este proyecto estratégico de integración regional que es para todos nuestros países y sus sociedades el MERCOSUR.

Un paso que implica renovar los desafíos de nuestra integración regional en todos los sentidos comercial, social, económica y políticamente.

Hemos aprendido en estos 15 años de vida del MERCOSUR, que integrarse no es fácil, pero pese a

todas las dificultades que se han presentado y se siguen presentando creo que existe una convicción muy sólida en la dirigencia política regional, esa misma que desde ahora estará representada en toda su amplitud en el Parlamento, de que nuestro destino va unido al destino de nuestros socios, vecinos y hermanos sudamericanos.

La elección de una forma de inserción en la economía mundial es de naturaleza política y se vincula con una determinada estrategia de desarrollo.

Y esa es la elección que estamos construyendo desde el MERCOSUR.

Hemos llegado aquí luego de atravesar con gran esfuerzo un camino en el que Argentina, Uruguay, Brasil y Paraguay se embarcaron con el objetivo de crear nuevas condiciones para enfrentar el escenario global que facilitaran el desarrollo de nuestros

pueblos y el mejoramiento ostensible de la calidad de vida de nuestros conciudadanos.

Y el MERCOSUR es la primera experiencia realmente exitosa de integración para nuestros países, aún con todas las dificultades que seguimos atravesando cada día para sobrellevar este esfuerzo común, somos conscientes que hasta aquí no había sido posible trabajar en un proyecto de estas características, soportar unidos crisis muy fuertes, ver consolidarse nuestros procesos democráticos y contribuir desde la región a que esto suceda. El MERCOSUR en estos años se ha constituido en un actor de peso en el escenario regional e internacional, ha establecido una sólida zona de paz entre sus miembros y asociados, ha coadyuvado en la consolidación de las democracias de la región y la plena vigencia de los derechos humanos.

En ese contexto estamos hoy protagonizando un avance fundamental en la construcción del MERCOSUR político, al asistir a la creación de este

nuevo órgano, que sin dudas jugará un rol central en la generación de las reglas de juego necesarias para que se desarrollem plenamente las interrelaciones económicas y comerciales existentes, y se (avance) en la determinación de objetivos políticos y estratégicos comunes.

Y llegar esta instancia no fue una tarea sencilla, ni mucho menos una tarea rápida, se requirieron años de mucho trabajo de todos los parlamentarios que fuimos parte de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, por eso quisiera en este acto recordar a todos los parlamentarios que durante 14 años formaron parte de este órgano del MERCOSUR que hoy se extingue para dar paso a la concreción de este gran anhelo que es la Constitución de nuestro Parlamento Regional.

Avanzar en la constitución del Parlamento significa básicamente que el MERCOSUR está avanzando en algo tan central como la democratización de nuestro proceso de integración.

Significa que hoy estamos construyendo un MERCOSUR que busca nuevas y mejores formas de escuchar la voz de sus pueblos, ya el Parlamento será esa caja de resonancia para que la voz de los ciudadanos llegue a todas y cada una de las instancias de nuestro proceso de integración.

Esa voz que hasta ahora ha estado prácticamente marginada de los procesos de toma de decisiones, de fijación de la agenda del MERCOSUR y de control sobre ambas actividades. Pero principalmente y tal como lo manifiesta esta exitosa Cumbre Social del MERCOSUR que se desarrolla aquí en Brasilia, esa voz que busca expresarse, que quiere hacerse oír y que debe ser escuchada.

Lamentablemente, todos nosotros somos conscientes, que la mayoría de las veces, decisiones fundamentales, de alto impacto en nuestras sociedades, son conocidas sólo por un reducido grupo de especialistas que al interior de cada uno de

nuestros Estados siguen el día a día del proceso de integración.

Eso ha empezado a cambiar y para hacer más fuerte este cambio estará este Parlamento que tendrá entre sus facultades principales las de emitir dictamen sobre todas las normas en tratamiento en los órganos decisorios del bloque, que requieran incorporación legislativa.

Podremos entonces acceder a las mismas antes de que sean adoptadas y convocar a la sociedad a que se exprese, a que acerque sus propuestas para mejorar o corregir de ser necesario las iniciativas, o simplemente para recibir el apoyo de la comunidad en relación a las normas que regirán nuestro destino como región.

Esa será una forma contundente de acercar el MERCOSUR a la gente.

Será una forma efectiva de dar más transparencia al proceso y principalmente será un espacio institucional y concreto para la participación ciudadana.

Pero además este Parlamento contribuirá a la construcción de una nueva agenda de la integración, una agenda en la que puedan representarse y debatirse los más diversos intereses que conviven al interior de nuestras sociedades nacionales.

Una agenda que avance sobre los temas pendientes y muchas veces postergados por la falta de un ámbito propicio para el debate político, plural, amplio de todos los actores.

El Parlamento tendrá obligación de no escapar a los temas conflictivos, tendrá obligación de asumir el debate sobre los temas que más preocupen a los ciudadanos de nuestra región y junto a ellos deberán acercar propuestas a los poderes ejecutivos del bloque para su implementación.

Porque este Parlamento, principalmente será un ámbito de debate político, una espacio donde podamos debatir todas las cuestiones pero sobre todo aquellas más conflictivas con convicción integracionista.

Por todo esto, a partir de ahora, a través de los mecanismos de audiencias públicas, del informe de derechos humanos, de la recepción de denuncias y reclamos ciudadanos, de la posibilidad de instrumentar mecanismos de democracia directa como la consulta popular, los ciudadanos podrán ejercer un control efectivo de este proceso de integración.

En síntesis el Parlamento del Mercosur significará más participación, más control y más democracia.

Pero no nos conformamos con haber llegado hasta aquí, sabemos que nuestra tarea recién comienza.

Como parlamentarios deseamos que un futuro próximo este Parlamento adquiera capacidades legisferantes y pueda formar parte en el proceso decisario. Así como deseamos la permanente evolución y consolidación del derecho regional, la equiparación de su jerarquía a nivel nacional y quizás en futuro hasta su aplicación directa. Pero sabemos que aún faltan muchos años de trabajo en el MERCOSUR para alcanzar estas metas, y que es fundamental que esta evolución surja como una necesidad propia de nuestro proceso de integración.

Este Parlamento nació para acompañar este proceso y fortalecerlo y pondremos todo nuestro empeño y dedicación para que cumplir con esas expectativas.

Damos inicio a la primera etapa de constitución del Parlamento MERCOSUR y en los próximos años tendremos que ir avanzando en las etapas subsiguientes ya previstas en nuestro Protocolo.

Hasta ahora el Parlamento Europeo es la única asamblea parlamentaria plurinacional elegida por sufragio universal directo en el mundo, pero dentro de muy pocos años antes del 31 de diciembre de 2010, este Parlamento del MERCOSUR también será elegido directamente por los más de 250 millones de personas, o tal vez más si siguen concretándose más adhesiones, que formarán parte de este proyecto de construcción común, de este gran espacio social, político y económico que busca ser pilar de la unidad sudamericana. Y tendremos que trabajar mucho los próximos años para honrar este compromiso que hemos asumido.

Porque estoy convencido de que el voto directo de los ciudadanos de nuestros Estados Parte es el próximo gran desafío de la representación política y la Democracia en el MERCOSUR.

Y porque será en el Parlamento del MERCOSUR donde se exprese por primera vez la voluntad popular.

Cómo no nos vamos a sentir orgullosos de este paso que estamos dando, cómo no vamos a sentir la gran responsabilidad que recae sobre nuestros hombros, de ser los primeros parlamentarios del MERCOSUR, y tener entre nuestras tareas centrales las de promover tanto técnica como políticamente, en los próximos años, la adaptación de nuestras legislaciones electorales, para que la expresión de la voluntad soberana del pueblo se manifieste en las urnas para elegir a quienes nos sucedan y podamos entonces celebrar una victoria más de la democracia en nuestra región.

Para terminar quisiera nuevamente dar las gracias a todos quienes hicieron posible llegar a esta instancia, a los parlamentarios, a los técnicos, a los otros órganos del MERCOSUR que participaron de este esfuerzo como la Secretaría MERCOSUR y la Comisión de Representantes Permanentes, las organizaciones sociales que permanentemente nutrieron nuestro trabajo con sus aportes y sus debates, a todos ellos podemos saludarlos hoy con la satisfacción de haber alcanzado con éxito nuestros objetivos. Muchas gracias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Presidente da Representação Uruguaia na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Deputado Roberto Conde.

Com a palavra V. Ex^a.

¹O SR. DEPUTADO ROBERTO CONDE – GRACIAS, SEÑOR PRESIDENTE DEL SENADO, SENADOR RENAN CALHEIROS, QUIERO SALUDAR AL PRESIDENTE DE LA CAMARA DE DIPUTADOS, DIP. ALDO REBELLO, AL SECRETARIO GENERAL DEL CONGRESO, A NUESTRO QUERIDO SECRETARIO PRO TEMPORE , SENADOR ZAMBIAZZI, A NUESTRO COMPAÑERO CHACHO ALVAREZ, PRESIDENTE DE LA COMISION . DE REPRESENTANTES PERMANENTES, A LOS COLEGAS, SENADORES Y DIPUTADOS DE BRASIL Y DE LA COMISION PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR, Y A LOS REPRESENTANTES DE LAS ORGANIZACIONES SOCIALES QUE ESTAN AHORA CELEBRANDO LA CUMBRE SOCIAL, A LOS SRES. REPRESENTANTES DE LA PRENSA, SEÑORAS Y SEÑORES.

ES ESTA UNA OCASION, SIN DUDA, HISTORICA, PERO COMO DIJO EL PRESIDENTE LULA, LA ASUMIMOS CON HUMILDAD PERO CON UNA GRAN PERSPECTIVA DE FUTURO, SIN IGNORAR LA RESPONSABILIDAD HISTORICA QUE ESTO SIGNIFICA Y, SOBRE TODO, SIN IGNORAR LA POTENCIALIDAD POLITICA QUE TIENE PARA EL TRABAJO FUTURO, EN BENEFICIO DE LA INTEGRACION DE NUESTROS PUEBLOS; ES UNA OCASION DE REAFIRMAR, APENAS, CUATRO O CINCO PENSAMIENTOS CENTRALES; YA TENDREMOS TIEMPO DESPUES DE IR EDIFICANDO, PUNTO POR PUNTO, LAS NORMAS Y LOS PROYECTOS; CUALES SON ESOS PENSAMIENTOS CENTRALES QUE MI DELEGACION, LA DELEGACION DE URUGUAY HOY QUIERE COMPARTIR CON USTEDES?

EN PRIMER LUGAR, NOSOTROS NOS PROPUSIMOS HACE 15 AÑOS CONSTITUIR UN MERCADO COMUN Y LUEGO, FUNDAMENTALMENTE EN ESTOS ULTIMOS 4 O 5 AÑOS, HEMOS AGRE-

GADO LA AMBICION DE CONSTITUIRNOS EN UNA COMUNIDAD DE NACIONES; SIN EMBARGO ESTE DEBATE NO ESTA TODAVIA CONCLUIDO, NO ESTA PROFUNDIZADO; HAY QUIENES SOSTIENEN QUE EN EL MOMENTO ACTUAL LO MAS RELEVANTE ES LA INSTITUCIONALIDAD POLITICA, EJEMPLO DE LA CUAL, EJEMPLO RELEVANTE DE LA CUAL, ES ESTE PARLAMENTO QUE HOY CREAMOS; HAY QUIENES CREEN QUE LA CUESTION CENTRAL ES LA SEGURIDAD JURIDICA; SIN EMBARGO NOSOTROS, QUE TENDREMOS QUE SER PARLAMENTARIOS DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR, TENEMOS QUE TENER ABSOLUTAMENTE CLARO QUE SIN LA CONCRECION HISTORICA DEL MERCADO COMUN, ESTO ES, SIN LOS ACUERDOS ECONOMICOS Y COMERCIALES QUE CONCRETEN LA CONSTITUCION DEL MERCADO COMUN, NO HAY BASE MATERIAL PARA LA INTEGRACION; PERO TAMBIEN ES CIERTO QUE SIN INSTITUCIONES POLITICAS COMUNITARIAS SOLIDAS Y SIN SEGURIDAD JURIDICA, TAMPOCO SE PUEDE CONSTITUIR ESE MERCADO; ENTONCES, EVITEMOS LOS FALSOS DEBATES Y SEAMOS CONSCIENTES DE QUE LA TAREA ES UNA SOLA Y DE QUE HAY QUE AVANZAR EN TODOS LOS FRENTES A LA VEZ, EN LOS FRENTES DE LA CONSTITUCION DEL MERCADO COMUN, EN LOS FRENTES DE LA INSTITUCIONALIDAD POLITICA COMUNITARIA Y EN EL FRENTE DE LA SEGURIDAD JURIDICA, SIN LA CUAL NO HAY NI MERCADO, NI INSTITUCIONES NI INTEGRACION. Y MAS AUN, DEBEMOS TODAVIA PERSEVERAR EN MEJORAR NUESTRO RELACIONAMIENTO CON LA SOCIEDAD Y TENER CLARO QUE LA CONSTITUCION, LA CONSTRUCCION DE INSTITUCIONALIDAD INTEGRADORA, NO SOLO INCLUYE LAS INSTITUCIONES POLITICAS SINO QUE INCLUYE LAS INSTITUCIONES SOCIALES E INCLUYE UN RELACIONAMIENTO SISTEMATICO, NORMATIZADO Y SEGURO ENTRE LAS ORGANIZACIONES SOCIALES Y ENTRE LAS ORGANIZACIONES SOCIALES Y LAS INSTITUCIONES POLITICAS, COMO UNA EXPRESION CONJUNTA DE LA SOCIEDAD EN EL

¹ Transcrição feita pela Embaixada do Uruguai, por solicitação da Secretaria-Geral da Mesa.

PROCESO DE DESENVOLVIMENTO DE LA INTEGRACION.

UNA TERCERA REFLEXION QUE QUEREMOS COMPARTIR CON UDS. ES QUE A ESTA ALTURA DEL PROCESO ES ABSOLUTAMENTE IMPRESCINDIBLE, TENER UN CUMPLIMIENTO Y UN RESPETO SAGRADO POR LOS ACUERDOS QUE HEMOS FIRMADO, EMPEZANDO POR EL TRATADO DE ASUNCION; Y EL RESPETO A LOS ACUERDOS QUE HEMOS FIRMADO DEBE SER ABSOLUTO, POR ENCIMA DE LAS SITUACIONES INTERNAS O PARTICULARES DE CADA PAIS; Y SI ESE RESPETO ABSOLUTO A LOS ACUERDOS FIRMADOS NO SE CONSAGRA, LA DESCONFIANZA GANARA UN LUGAR ENTRE NOSOTROS Y COMENZARA A DEBILITAR EL PROCESO INTEGRADOR.

UNA CUARTA REFLEXION, HEMOS CELEBRADO EN MULTIPLES OCASIONES EN URUGUAY EL INGRESO DE VENEZUELA AL MERCOSUR COMO UN AVANCE HISTORICO DEL MERCOSUR; EL PRESIDENTE LULA HA ANUNCIADO SU DESEO, QUE SE TAMBIEN ES SU VOLUNTAD, DE TRABAJAR PARA LA INTEGRACION DE BOLIVIA; Y ASI CONTINUAREMOS, SEGURAMENTE, EN ESTE PROCESO DE CONSOLIDACION. NO HAY NI DEBE HABER CONTRADICCION ENTRE LA CONSTRUCCION GEOPOLITICA Y COMUNITARIA, QUE ES EL MERCOSUR, Y LA CONSTRUCCION DE LA COMUNIDAD SUDAMERICANA DE NACIONES; PERO TENEMOS QUE SER CONSCIENTES DE QUE SI EL MERCOSUR NO SE REAFIRMA, NO SE CONSTRUYE DEFINITIVAMENTE, PARA LA AMERICA DEL SUR NO HAY COMUNIDAD SUDAMERICANA, NI COMUNIDAD DE NACIONES NI INTEGRACION DE NINGUN TIPO; Y ESTO NO ES ARROGANCIA, ES RESPONSABILIDAD; NO LO DECIMOS POR ARROGANTE, LO DECIMOS POR RESPONSABLES; SI EL MERCOSUR NO SE TRANSFORMA EN EL IMPULSOR FUNDAMENTAL DE LA COMUNIDAD SUDAMERICANA, NO SE CREARAN LAS CONDICIONES HISTORICAS PARA LA CONCRECION DE ESA UNION COMUNITARIA DE LOS PAISES DE AMERICA DEL SUR (APLAUSOS)

UN PAR DE REFLEXIONES MAS; SE ACOSTUMBRA A DEBATIR EN LAS REUNIONES Y EN LOS SEMINARIOS ACERCA DE SI EL MERCOSUR LLEVA MUCHO TIEMPO O POCO TIEMPO DESAR-

ROLLANDOSE; Y UNOS CONSIDERAN QUE 15 AÑOS ES POCO; OTROS CONSIDERAN QUE 15 AÑOS ES MUCHO TIEMPO; QUE SE PODRIA HABER IDO MAS LENTO O MAS RAPIDO; MIREN COLEGAS, A MI ME IMPORTA POCO EL TIEMPO CRONOLOGICO; LO QUE IMPORTA ES EL TIEMPO HISTORICO; POCAS VECES, EN ESTA REGION, SE HA PRODUCIDO UNA COINCIDENCIA, UNA CONFLUENCIA, UNA VISION COMUN DE LOS GOBIERNOS SOBRE LA NECESIDAD DEL PROCESO INTEGRADOR, UNA VISION COMUN DE LOS GOBIERNOS DEL PROCESO INTEGRADOR QUE APUNTE DIRECTAMENTE A UNA COMUNIDAD, A UNA COMUNIDAD QUE INCLUSO SEA CAPAZ DE ADOPTAR POLITICAS PUBLICAS COMUNES, A UNA COMUNIDAD QUE INCLUSO SEA CAPAZ DE ADOPTAR POLITICAS DE RELACIONAMIENTO EXTERIOR COMUN Y A UNA COMUNIDAD QUE SEA CAPAZ DE RELACIONARSE COMO UNA SOLA VOZ CON EL RESTO DEL MUNDO; POCAS VECES SE HA ENCONTRADO EN LOS GOBIERNOS DE NUESTROS CINCO PAISES UNA COINCIDENCIA TAN CLARA EN ESTA VISION Y EN ESTE PROPOSITO; Y ESE ES EL TIEMPO HISTORICO QUE IMPORTA, APROVECHAR ESTA VISION COMUN, APROVECHAR ESTE SENTIMIENTO Y ESTE PENSAMIENTO COMUN, QUE TIENE UN HORIZONTE CORTO, 4 O 5 AÑOS PARA ADELANTE, QUE ES EL HORIZONTE DE LOS GOBIERNOS QUE HOY HAN SIDO ELECTOS POR NUESTROS PUEBLOS EN NUESTROS PAISES; Y SIN QUERER SER DRAMATICO, DIGO CON MUCHO ENFASIS, QUE NO IMPORTA LA CANTIDAD DE AÑOS, IMPORTA APROVECHAR EL TIEMPO HISTORICO Y EL TIEMPO HISTORICO ES AHORA, ES EL TIEMPO DE ESTOS CINCO GOBIERNOS, ES EL TIEMPO DE LOS PROXIMOS 4 O 5 AÑOS (APLAUSOS); Y LO QUE EL MERCOSUR NO SEA CAPAZ DE HACER PARA TRANSFORMARSE EN UNA COMUNIDAD DE NACIONES EN LOS 4 O 5 AÑOS PROXIMOS, NO LO PODRA HACER DESPUES; Y NOSOTROS TENDREMOS QUE ASUMIR LA RESPONSABILIDAD HISTORICA DE NO HABER SIDO CAPACES DE APROVECHAR LA COYUNTURA EXTRAORDINARIAMENTE FAVORABLE QUE ESTAMOS VIVIENDO; (APLAUSOS)

Y POR ULTIMO, UNA REFLEXION QUE HACE A NOSOTROS, LOS PARLAMENTARIOS; HEMOS

DICHO QUE EN EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR IREMOS A VOLCAR TODAS NUESTRAS VISIONES POLITICAS Y FILOSOFICAS, NUESTRA CONCEPCION SOBRE LA INTEGRACION, NUESTRA IDEA SOBRE LA VIDA DE NUESTRAS SOCIEDADES Y DE NUESTROS ESTADOS; NO IREMOS ALLI EN DELEGACIONES NACIONALES A ENFRENTAR LAS POSICIONES DE UN PAIS FRENTE A LAS POSICIONES DE OTRO PAIS; LA ARQUITECTURA INSTITUCIONAL DE LA INTERESTATALIDAD YA ESTA CREADA EN EL MERCOSUR; ES EL CONSEJO DEL MERCADO COMUN; ES EL GRUPO DEL MERCADO COMUN; ES LA COMISION DE COMERCIO, EN FIN, ES LA ARQUITECTURA INSTITUCIONAL QUE EL MERCOSUR YA TIENE CREADA. VAMOS A DISCUTIR TODOS LOS PROBLEMAS, TODOS LOS QUE AFECTEN A NUESTRAS SOCIEDADES Y NUESTRA GENTE, SIN ELUDIR NINGUNA RESPONSABILIDAD PERO CON EL PROPOSITO SUPERIOR DE QUE, A PARTIR DE ESA DISCUSION, EL RESULTADO QUE SE BUSCA NO ES LA PREDOMINANCIA DE LA POSICION DE UN ESTADO SOBRE OTRO SINO LA CONSTRUCCION DE LA VOLUNTAD Y DEL DERECHO COMUNITARIO; DEL DEBATE PARLAMENTARIO NO DEBEN SURGIR NI ACTITUDES NI PROPOSITOS ARBITRALES. LOS TRIBUNALES ARBITRALES SON OTRAS INSTITUCIONES DEL MERCOSUR; LO QUE TIENE QUE SURGIR DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR ES VOLUNTAD INTEGRADORA Y PROYECTOS DE LEY PARA HACER IRREVERSIBLE LA INTEGRACION DE NUESTROS PUEBLOS, AUNQUE HAYA QUE DISCUTIR TODO, EL RESULTADO FINAL, SI QUEREMOS QUE SEA EXITOSO, DEBE SER UN RESULTADO QUE SE SINTETICE EN LA CONSTRUCCION COMUNITARIA Y EN LOS PROYECTOS DE AVANCE COMUNITARIO Y ESTA ES NUESTRA PRINCIPAL RESPONSABILIDAD PORQUE ESTO ES UN CAMBIO DE CALIDAD EN LAS INSTITUCIONES DEL MERCOSUR.

SE HA DICHO, Y EL PRESIDENTE LULA LO DIJO HOY AQUI, QUE NO VAMOS A SUSTITUIR A LOS PARLAMENTOS NACIONALES; NATURALMENTE QUE NO SE ASPIRA A ESO, Y EL PARLAMENTO

DEL MERCOSUR NO ES UNA FIGURA SUPRANACIONAL TIPICA PERO ESO NO QUIERE DECIR Y PERMITANME PARA TERMINAR DIRIGIRME AHORA DIRECTAMENTE A LOS PARLAMENTARIOS DEL PARLAMENTO DEL MERCOSUR, : EL HECHO DE QUE NOSOTROS NO SEAMOS, ESTRICAMENTE HABLANDO, UN PARLAMENTO SUPRANACIONAL, NO QUIERE DECIR QUE NO TENGAMOS QUE TENER MENTALIDAD SUPRANACIONAL, RESPONSABILIDAD SUPRANACIONAL, VISION SUPRANACIONAL PARA HACER DE ESE PARLAMENTO UN CENTRO DE DESARROLLO DE LA CONSTRUCCION COMUNITARIA.Y AUNQUE NO PODAMOS ADOPTAR NORMAS EN EL SENTIDO ESTRICTO DEL DERECHO POSITIVO, SI PODEMOS ELABORAR PROYECTOS QUE PROFUNDICEN LA NORMATIVA DEL MERCOSUR, ES DECIR, SOMOS AUNQUE NO SEAMOS UN PARLAMENTO QUE PRODUZCA DERECHO POSITIVO, SOMOS CONSTRUCTORES DE LA VOLUNTAD NORMATIVA DE LA INTEGRACION Y SI NO CUMPLIMOS CON ESE ROL, NO CUMPLIREMOS CON NUESTRA OBLIGACION Y NUESTRO DEBER DE PARLAMENTARIOS QUE, POR ENCIMA DE TODO, ES NUESTRA RESPONSABILIDAD ESPECIFICA EN ESTE PROCESO HISTORICO. (APLAUSOS)

QUIERO ENTONCES DARLES UN GRAN ABRAZO, UN GRAN ABRAZO SOLIDARIO A TODOS; NO VI QUE SE HABIAN RETIRADO LOS CANCELLERES PERO VI QUE MI QUERIDO COMPAÑERO, EL CANCELLER DEL URUGUAY, REINALDO GARGANO, TODAVIA NOS ACOMPAÑA, EL CANCELLER DE PARAGUAY, RAMIREZ LESCANO, TODAVIA NOS ACOMPAÑA, LES PIDO DISCULPAS POR NO HABERLOS SALUDADO; NO SE SI EL CANCELLER CELSO AMORIM TODAVIA ESTA EN SALA; UN GRAN SALUDO PARA ELLOS Y ADELANTE TODOS CON NUESTRO TRABAJO. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos a manifestação de V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Presidente da Representação Paraguaia na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Senador Alfonso González Nuñez.

O SR. SENADOR ALFONSO GONZÁLEZ NUÑEZ –

En esta fecha y en el marco de la Instalación del Parlamento del MERCOSUR, inaugura oficialmente sus reuniones esta instancia legislativa, que consagra y ratifica el principio de la representación política de los pueblos integrantes de este bloque regional.

Hasta ahora, la actividad legislativa dentro del diseño institucional del MERCOSUR ha sido prácticamente inexistente. Con esta creación, obra del desarrollo institucional proclamado en el Tratado de Asunción, se llena un vacío, se cubre en parte el déficit democrático que rodea nuestra integración gestionada en la esfera interestatal, sin la participación directa de los ciudadanos mercosureños, quienes observan y sufren el proceso de integración sin voz ni voto.

Muchas cosas se han dicho y se seguirán diciendo sobre las debilidades institucionales del MERCOSUR. Pero, una cuestión, de la que estamos seguros, es que pueda plantearse un modelo de integración sobre la base de esconder las equivocaciones, los errores y los mecanismos de integración debajo de una alfombra sin reconocer el deterioro que cada día amenaza en destruir lo mucho o poco construido y en paralizar las inequívocas expresiones de seguir avanzando en el proyecto.

Por eso, para hablar con franqueza, para detonar la “caja de resonancia”, para formular con voz fuerte y comprometida, no debemos excluir del dialogo y del intercambio de pareceres, los elementos que nos alejan, que nos separan y que a veces nos desaniman en los procesos de integración.

Estas razones y muchas más son las que consagran premisas ineludibles de por qué y para qué se crea un parlamento del MERCOSUR:

1) por que se hace imprescindible profundizar y democratizar la integración que pretendemos

No es posible que la política de integración, que las relaciones internacionales se manejen exclusivamente en el ámbito burocrático de las cancillerías. Se ha iniciado y con éxito y sin signos de retroceso, la diplomacia parlamentaria, que no es otra cosa que el intercambio de opiniones, ideas y programas de los pueblos hermanados por la integración, quienes expresan sus sentimientos, sus reivindicaciones a través de los partidos políticos, que canalizan los reclamos de justicia y equidad que surgen constantemente de la ciudadanía.

2) de acuerdo a lo manifestado, el Parlamento del MERCOSUR, es una respuesta firme frente a un formato que no termina de trascender de una hegemonía intergubernamental e interpresidencial.

Esto no significa que estemos en desacuerdo con nuestros respectivos Poderes Ejecutivos, pero es por demás sabido que la clave de la democracia se construye también desde el contrapeso de las instituciones, es decir, poniendo énfasis en las tareas de contralor y presencia permanente en la discusión política de los temas fundamentales de la integración.

3) el Parlamento del MERCOSUR se crea para devolver a la política el rol que nunca debió dejar de tener en los procesos de integración. El mercado, las políticas mercantilistas, por sí solas y aisladamente, no solucionan los problemas de la marginación y la pobreza.

Tampoco lo hace la política por sí sola, pero, es evidente, que el rostro humano de la integración, lo marca la representación ciudadana, que entonces, articuladamente con los técnicos y las decisiones económicas adecuadas construirán las soluciones más eficientes para el porvenir del MERCOSUR.

El Parlamento del MERCOSUR, a mas de éstas premisas básicas y fundamentales cumplirá roles importantes que hoy mas que nunca se hacen necesarios para detener o contener los ímpetus de quienes peligrosamente desean la desintegración de nuestro bloque. Para ello es necesario que enfrentemos con sinceridad y lo debatamos en esta instancia legislativa con la pasión de nuestros corazones y la inteligencia de nuestras ideas los temas que dificultan y obstruyen el camino integrador.

Uno de ellos, lo es sin duda la cuestión de las asimetrías que siguen vigentes y que preocupan a nuestros gobiernos y a nuestros pueblos por que no hay peor desigualdad que la de tratar como iguales a los desiguales.

En este sentido, el Paraguay y el Uruguay, tienen mucho que decir, cuando en las fronteras de nuestros países no se cumple con el libre tránsito de bienes y personas; cuando las mercaderías perecederas se agotan y se pudren por los impedimentos burocráticos de las aduanas, que no reconocen o no cumplen los pactos institucionales asumidos por la región. Y esto perjudica notablemente a los socios menores, que no pueden acceder a un mejor nivel de vida por que sus infraestructuras aún no lo permiten o por que sus desarrollos están condicionados, en el caso de mi país, por la ausencia de un acceso libre y directo al litoral marítimo.

Estos temas tendrán un foro adecuado dentro del Parlamento del MERCOSUR para impulsar los cambios y las metodologías que nos aproximen a mayores niveles de equidad y justicia en las relaciones de nuestros pueblos

Hoy, asistimos a una crisis sobre el Río Uruguay, donde la ausencia de instituciones fortalecidas, permiten que

bilateralmente Argentina y Uruguay agraven y tensionen las relaciones internacionales, por que hoy el MERCOSUR no les puede dar una solución adecuada o posible, para superar un conflicto que no debe ser otra cosa, que un paso difícil y agudo, pero no insalvable, dentro de la lógica de los intereses y los objetivos a los que cada pueblo tiene derecho a aspirar.

Desde esta tribuna hacemos un llamado a la reflexión, a la búsqueda de soluciones creativas tanto en lo económico, como en lo jurídico, que permitan a los cuatro Estados Parte del MERCOSUR a enriquecer el proceso con una feliz solución al conflicto desatado a orillas del Río Uruguay. El Parlamento del MERCOSUR puede ayudar en este sentido para comunicar ideas y propuestas y por sobre todas las cosas para incorporar efectivamente a la ciudadanía en la defensa de sus legítimos intereses lo que finalmente constituye la defensa de los legítimos intereses del MERCOSUR.

El Parlamento del MERCOSUR no ha sido creado para imaginar un MERCOSUR de utilería. Esto es, un proceso de integración fundado en que las apariencias mediáticas sean más importantes que las realidades. Desde luego, esto ha sido una tentación permanente en la historia de la integración latinoamericana. Producir hechos de impacto público para luego no asumir compromisos firmes y exigibles.

En este sentido, el Parlamento del MERCOSUR, lleva la marca indeleble y la voluntad política de sus constituyentes para cumplir un rol decisivo y real en el proceso de integración. No se pretende, ni se intuye para el futuro que los parlamentarios del MERCOSUR solamente apostemos a una figuración política, a un mero mercadeo de vanidades e intereses, cuando frente a nuestros ciudadanos que nos eligen deberemos rendir cuenta de nuestras actuaciones y nuestros resultados. En estas cosas, la política no perdona, y si se piensa, que el Parlamento del MERCOSUR será un órgano meramente decorativo, quienes así los crean, se equivocan profundamente, venimos a participar como protagonistas, a darle al MERCOSUR, el peso de un Poder Legislativo que gradualmente se convertirá en una de las claves del desarrollo institucional de nuestro bloque.

La integración nace desde hace mucho tiempo, incluso desde antes del Tratado de Asunción, pero es un proceso, es una construcción pertinaz, colectiva, compleja, hecha por muchos sueños, muchos compromisos, muchos esfuerzos y entre ellos muchos sacrificios heroicos. Por eso se dice que los países son la gente y su calidad de vida, por eso deberá decir en un futuro no muy lejano que los países del MERCOSUR son su gente y su calidad de vida.

Para que ello ocurra será necesaria la consolidación del Parlamento del MERCOSUR; la existencia de normas obligatorias de conducta y la existencia de un órgano jurisdiccional autónomo, que sin dudas son los rasgos definitorios de una real institucionalización del MERCOSUR.

Al dejar instalado el Parlamento del MERCOSUR un largo sueño acariciado por quienes venimos forjando esta idea desde hace largos años, dejamos el mensaje, de que esta instancia legislativa contribuirá para transformar el desgastado eje de la integración exclusivamente mercantilista en, uno nuevo, con perfil ciudadano, participativo, que le agregará identidad al bloque con estabilidad y permanencia frente a sus integrantes y frente al mundo.

Como Parlamentario del Mercosur, no puedo dejar de manifestar que al asumir la presidencia de este Organo, lo hacemos con la convicción y la seguridad de que cumpliremos con nuestros mandantes en sus justos y postergados reclamos. Agradezco a mis demás colegas parlamentarios del Mercosur por distinguir a mi país y particularmente a este humilde servidor de la integración con tan magna tarea.

Muchas Gracias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Presidente da Representação Venezuelana na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Deputado Saul Ortega.

O SR. DEPUTADO SAUL ORTEGA – Ciudadano Renan Calheiros, Presidente del Parlamento Brasileño, Diputado Aldo Rebelo, Presidente de la Cámara de Diputados, amigo Chacho Álvarez quien preside la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR, compañeros que presiden las delegaciones de los Estados Partes, amigos y colegas diputados, representantes de los medio de comunicación, del cuerpo diplomático.

Hoy es un día especialísimo para nosotros. De verdad que quiero comenzar haciendo mi reconocimiento a quienes han hecho posible, la instalación hoy del Parlamento del MERCOSUR. Algunos rostros están presentes, quizás otros no, pero sé que he sido testigo de que ha sido una labor ardua, no fácil, pero que hoy se está concretando y de verdad que es un día especial.

Desde Venezuela, nosotros nos sentimos felices y orgullosos de poder decir que somos MERCOSUR. Nos integramos y, por supuesto, que cuándo lo hacemos, lo hacemos cargados de un conjunto de ideas, de expectativas, y sabemos que este bloque y este Parlamento también tienen grandes oportunidades, pero también tienen amenazas tangibles para llevar a cabo todos sus propósitos.

Quería recordar aquí que este no es el único, digamos, la única iniciativa de integración. Por allá por 1826, bajó la sabia iniciativa del padre de América, Simón Bolívar. Los forjadores de nuestras respectivas Repúblicas, convocaron una iniciativa parecida: el Congreso Anfictiónico de Panamá, es quizás la génesis de lo que pudiésemos llamar los primeros intentos integracionistas. Ese esfuerzo sucumbió e hizo aguas, en primer lugar por la intriga de grandes intereses que estaban presentes para que esa iniciativa no cristalizara, y por otro lado las mezquindades de sectores poderosos de las oligarquías de nuestros respectivos países contribuyeron a que se enterrara el sueño del Libertador de una Patria Grande.

Quería recordar esto porque, recientemente, hay otras experiencias. Hay bloques sub-regionales no solamente el MERCOSUR, la Comunidad Andina de Naciones. Tenemos experiencias de parlamentos también: el Parlamento Andino, el Parlamento Latinoamericano.

Y quería recordar esto, porque creo que nosotros, y lo expresaba Conde con toda claridad, y los comentarios bien sabios del Presidente Lula, deben servirnos a nosotros de marco de referencia. Asistimos a un tiempo, en el cual nuestros pueblos están señalando que hay viento fresco en este continente, en estas latitudes. Si nosotros vemos lo que aconteció más acá en las Américas, en el sur, creo que las elecciones del Presidente Lula, un presidente con una vocación de justicia social, nos dice a nosotros qué es lo que están señalando nuestros pueblos. Vemos esos vientos también en Centroamérica y más hacia el norte, incluso, en los propios EEUU, donde una especie de tercer mundo que vive en propio territorio norteamericano y donde nuestros pueblos tienen una importante contribución. Se estima que más de 40 millones de latinoamericanos viven en EEUU y han empezado también a señalar un rumbo. Es extraordinario las señales que dieron en las grandes manifestaciones en las principales ciudades norteamericanas y el resultado político de la última elección también está señalando algo. Yo creo que estamos cargados de un tiempo de cambios y eso de alguna forma debe ser expresado en estos Parlamentos. Corremos el riesgo, quizás, de caer en la tentación de privilegiar la concepción mercantilista, decía Núñez, pero es una concepción de que la integración no es solamente económica. Yo creo que nuestros pueblos aspiran y esperan de nosotros algo más.

Definitivamente, porque hablamos de oportunidades y esas oportunidades tienen que expresarse en crecimiento económico, sí, pero también en desarrollo humano, en justicia social. Y eso estamos seguro de que no es posible, si nosotros no derrotamos el ciclo de la pobreza, que está claramente identificado; las tenazas que han llevado a la producciones de millones de seres en situaciones de pobreza y de pobreza extrema en toda América Latina y el Caribe. Y lo conocemos porque ha sido una tradición de una concepción geopolítica de subordinación lo que nos ha llevado a nosotros a tener el triste epíteto de Repúblicas bananeras, patio trasero y pare de contar. Yo creo que asistimos un tiempo de cambio, y desde Venezuela lo hemos vivido y lo hemos identificado. Por años, nuestro principal recurso económico: la energía, estuvo en manos de las transnacionales; por años, fue saqueada, fue saqueado el petróleo venezolano, para engordar las amplias riquezas de pequeños sectores transnacionales y de la oligarquía venezolana, mientras el pueblo venezolano se hundía en la pobreza y la miseria.

¹ Transcrição feita pela Embaixada da Venezuela, por solicitação da Secretaria-Geral da Mesa.

Y esa es la radiografía de las economías de cada uno de nuestros países, y eso es lo que está cambiando, ese es el reclamo de nuestros pueblos. De allí que nosotros en el Parlamento venimos cargados, de ver acá en este Parlamento una oportunidad, una oportunidad muy importante, en la cual podamos nosotros reivindicar los sueños, las utopías y las oportunidades para, de verdad, construir una posibilidad de justicia social para nuestros pueblos. Nosotros hemos sido testigos en este tiempo de las propuestas que en nuestro continente se han expresado con toda claridad. Yo creo que la última Cumbre en Mar de Plata sirve de expresión de que en nuestro continente hay un proyecto de reeditar el neocolonialismo, la dominación y la subordinación. Y ese proyecto es el ALCA o los "alquitas" que se han venido expresando en los Tratados del Libre Comercio con los EEUU. Una especie de ley donde lo ancho es para ellos y lo angosto para nosotros. Precisamente contra eso insurgimos. Yo creo que el MERCOSUR dio una importante expresión de lucha en la Cumbre de Mar de Plata. Allí se expresó la voluntad política de quienes liderizan, a nivel de los jefes de Estado y de Gobierno, los países del MERCOSUR. Hubo unidad de propósito, hubo claridad en cuanto a que había que enfrentar esa nefasta propuesta y esa imposición que significa el Tratado del Libre Comercio para nosotros. Yo creo que a partir de allí, debemos nosotros construir las posibilidades que se presentan en el MERCOSUR. Y, seguramente, que nuestros pueblos están pendientes a qué venimos nosotros, los representantes de la representación popular, a este Parlamento. Y están pendientes porque esos pueblos siguen presionando por cambios. Y por eso hablo de las Américas, por que vienen desde más al norte, hasta lo más profundo del sur. Y cualquier posibilidad para nosotros tiene que comenzar por allí. Yo creo que los comentarios del Presidente Lula han sido bien oportunos.

En la reciente Cumbre de Cochabamba nuestro Presidente que ha sido ratificado por la voluntad popular, con más de 60% de la población, ha hecho un reclamo, justo por demás, de que el problema de integración no es una opción, es el camino del pueblo de América Latina. Porque el proyecto integracionista no puede ser dejado sólo en manos de los expertos, o en la fría y calculada decisión de nuestras cancillerías. Es necesario la toma de decisiones al más alto nivel de la voluntad política de los jefes de Estado y de Gobierno, y esto es también válido para nosotros, electos por la representación popular, y que venimos aquí a este Parlamento. La necesidad de involucrarnos para que el camino de la integración y especialmente el MERCOSUR sirvan como un anclaje sólido para la integración de la Unión Suramericana de Naciones. De

lo contrario, nosotros, posiblemente estemos por perder este tiempo histórico, Conde, del que nos hablabas. Yo creo que es el reto fundamental. Y ese camino fue trazado por los Padres Libertadores, y quizás el tiempo histórico que estamos viviendo es la oportunidad para reivindicar esa oportunidad perdida hace tiempo atrás. Yo creo que es tiempo, de verdad, de pensar en la Patria Grande, la Patria bonita, en la Patria que es América, y esa oportunidad yo creo que está presente aquí, porque conozco a muchos de los compatriotas que están presentes en representación de su respectivos países, y sé del esfuerzo que han empeñados en la construcción de este Parlamento. De verdad, que cuando citaba las otras experiencias es porque debemos ver hacia al pasado también, de las oportunidades perdidas y las razones las conocemos.

Yo creo que la política debe estar por delante, marcando el rumbo de este proyecto de Parlamento que nace hoy, y por supuesto, del esfuerzo que ha sido la comunidad del MERCOSUR. Definitivamente hay principios que debemos retomar. Y citaba, los sabios comentario del Presidente Lula. Porque en el fondo, hay principios allí: o nosotros retomamos la necesidad de que esa integración debe estar marcada por la solidaridad, por la cooperación, la complementación, cuando él hablaba en identificar las asimetrías. Si nosotros esos principios no lo ponemos en práctica, seguramente que no vamos a tener el éxito requerido. Este tiempo para nosotros es importante. El mundo vive una crisis que es recurrente. El sistema capitalista mundial no es viable por la vía que va. Los principales países agonizan por un recurso fundamental que es la energía. Y por la energía estamos viendo los principales problemas. Identifiquemos donde hay petróleo, gas, y veremos que son los países que tienen problemas: en el Medio Oriente, en África, en América Latina. Hay procesos desestabilizadores, hay proyectos en contra de los países que poseen recursos energéticos.

Recientemente yo tuve la oportunidad de conversar con unos amigos de Angola y me decían que los problemas de ellos aparecieron cuando apareció el petróleo y las transnacionales se aposentaron en Angola.

Nosotros tenemos una gran oportunidad en Suramérica. Tenemos grandes reservas energéticas de petróleo y gas natural. Esa es una gran oportunidad en la cual podemos aplicar los principios que nos pueden llevar a nosotros a construir un cimiento sólido de lo que ha de ser este territorio, estas latitudes, como espacio importante para el crecimiento, para la justicia social, para ganarnos un espacio en la comunidad internacional; Para poder nosotros relacionarnos con los grandes bloques existentes, tanto en Europa, como

el Norte, en condiciones justas de igualdad en condiciones de iguales. Y esto sólo es posible si nosotros tomamos clara conciencia política de lo que está en juego. Lo contrario es trabajar, como lo hicieron en los primeros proyectos integracionistas. Quizás el Libertador no hubiese escrito que “había arado en el mar”, si se hubiese hecho posible la voluntad política en aquel entonces. Hoy nosotros tenemos la oportunidad de no tener que reflexionar que hemos arado en el mar. Tenemos una gran oportunidad definitivamente. Y eso es lo que quiero llamar aquí. Porque desde Venezuela venimos cargados de esperanza y viendo oportunidades en este Parlamento y en el bloque que significa MERCOSUR. Por eso ustedes conocen la decisión que hemos tomado. Hemos denunciado el protocolo de la Comunidad Andina de Naciones para cargar toda nuestra energía en el éxito del MERCOSUR y en el éxito de la posibilidad de ir a una Unión Suramericana de Naciones. Y en ese esfuerzo queremos empeñar toda nuestra voluntad y a eso venimos desde Venezuela, definitivamente, esperanzados en que podamos nosotros ser testigo del nacimiento de ese concepto de la Patria Grande. Es todo, ciudadano Presidente.

(Segue discurso traduzido para o português.)

²O SR. DEPUTADO SAUL ORTEGA – Senador Renan Calheiros, Presidente do Parlamento Brasileiro, Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, amigo Chacho Álvarez quem preside a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, companheiros que presidem as delegações dos Estados Parte, amigos e colegas deputados, representantes dos meios de comunicação, do corpo diplomático.

Hoje é um dia especialíssimo para nós. De verdade, que quero começar fazendo meu reconhecimento a quem fez possível, a instalação hoje do Parlamento do Mercosul. Alguns rostos estão presentes, possivelmente outros não, mas sei que fui testemunha de que foi um trabalho árduo, não fácil, mas que hoje está se concretizando e realmente é um dia especial.

Da Venezuela, nos sentimos felizes e orgulhosos de poder dizer que somos Mercosul. Integramo-nos e, é óbvio, que quando o fazemos, fazemo-lo carregados de um conjunto de idéias, de expectativas, e sabemos que este bloco e este Parlamento também têm grandes oportunidades, mas também têm ameaças tangíveis para levar a cabo todos seus propósitos.

Queria recordar aqui que este não é o único, digamos, a única iniciativa de integração. Por volta de

1826, baixou a sábia iniciativa do pai da América, Simón Bolívar. Os forjadores de nossas respectivas Repúblicas, convocaram uma iniciativa parecida: o Congresso Anfictiônico do Panamá é possivelmente a gênese do que pudéssemos chamar as primeiras tentativas integracionistas. Esse esforço sucumbiu e tornaram-se águas, em primeiro lugar pela intriga de grandes interesses que estavam presentes para que essa iniciativa não cristalizasse, e por outro lado as mesquinharias de setores poderosos das oligarquias de nossos respectivos países contribuíram a que se enterrasse o sonho do Libertador de uma Pátria Grande.

Queria recordar isto porque, recentemente, há outras experiências. Há blocos sub-regionais não sómente o Mercosul, a Comunidade Andina das Nações. Temos experiências de parlamentos também: o Parlamento Andino, o Parlamento Latino-americano. E queria recordar isto, porque acredito que nós, e expressava Conde com toda clareza, e os comentários bem sábios do Presidente Lula devem nos servir de ponto de referência. Assistimos há um tempo, no qual nossos povos estão assinalando que há vento fresco neste continente, nestas latitudes. Se nós virmos o que aconteceu mais para cá nas Américas, no sul, acredito que as eleições do Presidente Lula, um presidente com uma vocação de justiça social, diz-nos o que é o que estão assinalando nossos povos. Vemos esses ventos também na América Central e mais para o norte, inclusive, no próprio EUA, onde uma espécie de terceiro mundo que vive em próprio território norte-americano e onde nossos povos têm uma importante contribuição. Estima-se que mais de 40 milhões de latino-americanos vivem no EUA e começaram também a assinalar um rumo. São extraordinários os sinais que deram nas grandes manifestações nas principais cidades norte-americanas e o resultado político da última eleição também está assinalando algo. Eu acredito que estamos carregados de um tempo de mudanças e isso de alguma forma deve ser expresso nestes Parlamentos. Corremos o risco, possivelmente, de cair na tentação de privilegiar a concepção mercantilista, dizia Núñez, mas é uma concepção de que a integração não é somente econômica. Eu acredito que nossos povos aspiram e esperam algo mais de nós.

Definitivamente, porque falamos de oportunidades e essas oportunidades têm que se expressar em crescimento econômico, sim, mas também em desenvolvimento humano, em justiça social. E isso, estamos seguro de que não é possível, se nós não derrotarmos o ciclo da pobreza, que está claramente identificado;

² Tradução feita pela Embaixada da Venezuela, por solicitação da Secretaria-Geral da Mesa.

as tenazes que levaram às produções de milhões de seres em situações de pobreza e de pobreza extrema em toda a América Latina e Caribe. E conhecemos porque foi uma tradição de uma concepção geopolítica de subordinação o que nos levou a ter o triste epíteto de Repúblicas bananeiras, quintal, entre outras. Eu acredito que assistimos um tempo de mudança, e da Venezuela as vivemos e as identificamos. Por anos, nosso principal recurso econômico: a energia esteve em mãos das transnacionais; por anos, foi saqueada, foi saqueado o petróleo venezuelano, para engordar as amplas riquezas de pequenos setores transnacionais e da oligarquia venezuelana, enquanto o povo venezuelano se afundava na pobreza e na miséria.

E essa é a radiografia das economias de cada um de nossos países, e isso é o que está mudando, essa é a reivindicação de nossos povos. A partir daí, nós no Parlamento viemos carregados, de ver aqui neste Parlamento uma oportunidade, uma oportunidade muito importante, na qual nós podemos reivindicar os sonhos, as utopias e as oportunidades para, realmente, construir uma possibilidade de justiça social para nossos povos. Nós fomos testemunhas neste tempo das propostas que nosso continente se expressou com toda clareza. Eu acredito que a última “Cúpula del Mar del Plata” serve de expressão de que em nosso continente há um projeto de reeditar o neo-colonialismo, a dominação e a subordinação. E esse projeto é o Alca ou “Alquitas” que se vieram expressando nos Tratados do Livre Comércio com os EUA. Uma espécie de lei onde a amplitude é para eles, e o estreito para nós. Precisamente contra isso insurgimos. Eu acredito que o Mercosul deu uma importante expressão de luta na “Cúpula del Mar del Plata”. Ali se expressou a vontade política de quem lidera, a nível dos chefes de Estado e de Governo, os países do Mercosul. Houve unidade de propósito, houve clareza quanto a que terei que enfrentar essa nefasta proposta e essa imposição que significa o Tratado do Livre Comércio para nós. Eu acredito que a partir daí, devemos construir as possibilidades que se apresentam no Mercosul. E, certamente, que nossos povos estão pendentes para que vamos, os representantes da representação popular, a este Parlamento. E estão pendentes porque esses povos seguem pressionando por mudanças. E por isso falo das Américas, por que vêm desde o norte, até o mais profundo do sul. E qualquer possibilidade para nós tem que começar por ali. Eu acredito que os comentários do Presidente Lula foram bem oportunos.

Na recente Cúpula de Cochabamba nosso Presidente que foi ratificado pela vontade popular, com mais de 60% da população, fez uma reclamação, muito justa, de que o problema de integração não é uma opção, é

o caminho do povo da América Latina. Porque o projeto integracionista não pode ser deixado só em mãos dos peritos, ou na fria e calculada decisão de nossas chancelarias. É necessário tomada decisões ao mais alto nível da vontade política dos chefes de Estado e de Governo, e isto é também válido para nós, eleitos pela representação popular, e que viemos aqui a este Parlamento. A necessidade de nos envolver para que o caminho da integração e especialmente o Mercosul sirvam como uma ancoragem sólida para a integração da União Sul Americana de Nações. Do contrário, nós, possivelmente colocamos por perder este tempo histórico, Conde, do que nos falava. Eu acredito que é o desafio fundamental. E esse caminho foi esboçado pelos Pais Libertadores, e talvez o tempo histórico que estamos vivendo é a oportunidade para reivindicar essa oportunidade perdida há tempo. Eu acredito que é tempo, realmente, de pensar na Pátria Grande, a Pátria bonita, na Pátria que é a América, e essa oportunidade eu acredito que está presente aqui, porque conheço muitos dos compatriotas que estão presentes em representação de seus respectivos países, e sei do esforço que empenharam na construção deste Parlamento. De verdade, que quando citava as outras experiências é porque devemos olhar para o passado também, das oportunidades perdidas e as razões as conhecemos.

Eu acredito que a política deve estar por diante, marcando o rumo deste projeto de Parlamento que nasce hoje, e é óbvio, do esforço que foi a comunidade do Mercosul. Definitivamente há princípios que devemos retomar. E citava os sábios comentários do Presidente Lula. Porque no fundo, há princípios ali: ou nós retomarmos a necessidade de que essa integração deve estar marcada pela solidariedade, pela cooperação, a complementação, quando ele falava em identificar as assimetrias. Se nós esses princípios não o pusermos em prática, certamente que não vamos ter o êxito requerido. Este tempo para nós é importante. O mundo vive uma crise que é recorrente. O sistema capitalista mundial não é viável pela via que vai. Os principais países agonizam por um recurso fundamental que é a energia. E pela energia estamos vendo os principais problemas. Identifiquemos onde há petróleo, gás, e veremos que são os países que têm problemas: no Meio Oriente, na África, na América Latina. Há processos desestabilizadores, há projetos contra os países que possuem recursos energéticos.

Recentemente tive a oportunidade de conversar com alguns amigos de Angola e me diziam que os problemas deles apareceram quando apareceram o petróleo e as transnacionais se hospedaram em Angola.

Nós temos uma grande oportunidade na América do Sul. Temos grandes reservas energéticas de petróleo e gás natural. Essa é uma grande oportunidade na qual podemos aplicar os princípios que nos podem levar a construir um alicerce sólido do que tem de ser este território, estas latitudes, como espaço importante para o crescimento, para a justiça social, para ganhar um espaço na comunidade internacional; Para podermos nos relacionar com os grandes blocos existentes, tanto na Europa, como o Norte, em condições justas de igualdade em condições de iguais. E isto só é possível se nós tomarmos clara consciência política do que está em jogo. Do contrário é trabalhar, como fizeram nos primeiros projetos integracionistas. Possivelmente o Libertador não escreveu que “tinha arado no mar”, sim se tivesse feito possível a vontade política naquele tempo. Hoje temos a oportunidade de não ter que refletir que aramos no mar. Temos uma grande oportunidade definitivamente. E isso é o que quero chamar a atenção aqui. Porque viemos da Venezuela repletos de esperanças e vendo oportunidades neste Parlamento e no bloco que significa Mercosul. Por isso V. Sas. conhecem a decisão que tomamos. Denunciamos o protocolo da Comunidade Andina de Nações para carregar toda nossa energia no êxito do Mercosul e no êxito da possibilidade de ir a uma União Sul Americana de Nações. E nesse esforço queremos empenhar toda nossa vontade e por isso viemos da Venezuela, definitivamente, esperançados em que nós podemos ser testemunhas do nascimento desse conceito da Pátria Grande. É tudo, Senhor Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Dr. Carlos Alvarez, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.

³**O SR. DR. CARLOS ALVAREZ** – Gracias, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente del Congreso Nacional, Senador Renán Calheiros, Exmo. Sr. Presidente de la Cámara de Diputados, Diputado Aldo Rebelo, Sergio Zambiasi, Exmo. Sr. Presidente Pro Tempore de la Comisión Parlamentaria Conjunta, Inocencio Olivera, Primer Secretario de la Mesa del Congreso Nacional, Canciller Gargano, Reinaldo Gargano, Embajadores, Funcionarios, Organizaciones Sociales del MERCOSUR, Sres. Legisladores:

Muy brevemente, porque creo que acá se ha dicho todo. Dos o tres reflexiones. Primero, felicitar a los miembros de la Comisión Parlamentaria Conjunta por este esfuerzo y este logro, y a todos los que trabajaron durante estos 13-14 años en constituir este espacio. Así

que, una cálida felicitación, en nombre del Presidente y los Diputados, porque creo que es un logro; creo que está en el camino de algo que planteó el Presidente Lula. Creo que el gran desafío es cómo ponemos el MERCOSUR a la altura de los tiempos que vive la región y lo que hemos visto hasta ahora, es que hay un desfasaje fuerte entre los discursos de los Presidentes, entre la visión de los liderazgos y la construcción. Hay una brecha. Cuando asistimos a las Cumbres de los Presidentes, cuando escuchamos los discursos de los Presidentes, colocando al mando la política y con una visión estratégica, integradora de la región, luego hay muchas dificultades, mucha lentitud para instrumentar, para materializar. Yo digo ese, ese discurso de época, que como decía el Presidente Electo Correa, cuando le preguntaban si había un cambio de época, una época de cambios, él decía “no, no se confunda, hay un cambio de época”. Y eso lo expresaba nuestros líderes, para qué fue elegido Tabaré Vázquez, Michelle Bachelet, Kirchner, Lula, Nicanor Duarte. Los Presidentes que expresan esa época para avanzar en la democracia, para avanzar en el crecimiento productivo de nuestros países y, sobre todo, para cambiar la distribución del ingreso de nuestros países, para hacer estos países más justos. Y ese cambio de época, esa necesidad de un MERCOSUR pensado más integralmente, como decía bien Roberto Conde “sin discusiones o debates falsos”. MERCOSUR productivo o MERCOSUR comercial, sino una visión integral y abarcadora, como un modelo de desarrollo para la región, es lo que este Parlamento viene a acelerar y eso me parece lo importante.

Por qué? Por un lado, porque viene a instalar temas de la agenda, para que se puedan convertir en políticas públicas en el MERCOSUR. Esto es fundamental, o sea, porque si no va a haber una gran excepción de los ciudadanos, porque van a usar al Parlamento como caja de resonancia, pero cuándo se van a instrumentar esos acuerdos, o esas políticas si no tenemos también un organismo que no sea por supuesto.... que no tenga la magnitud de las organizaciones de la Unión Europea, pero que seamos capaces de empezar a implementar políticas públicas conjuntas en el MERCOSUR. Entonces, el Parlamento va a ser un receptor de demandas, de inquietudes de necesidades; nos tiene que conectar con la sociedad, nos tiene que abrir un MERCOSUR más amplio. El problema también, tenemos que tener instituciones y organismos que justamente puedan hacer que esas demandas no queden en el campo de lo retórico, de lo declarativo o de lo mediático, sino que esas demandas

³ Transcrição feita pela Embaixada da Argentina, por solicitação da Secretaria-Geral da Mesa.

puedan materializarse en políticas públicas en la región y tenemos una etapa, o sea, yo creo que acá se dijo bien, yo añadiría dos o tres cuestiones a esta etapa excepcional, la primera: la calidad de los liderazgos y la legitimidad de los liderazgos. Por descontado, de esa integración depende la calidad de los liderazgos. Eso fue Europa, se construye con líderes, con vocación, con visión estratégica, con generosidad, como planteó extraordinariamente el Presidente Lula, si la economía más grande o las economías más grandes no tienen generosidad, si no combaten en serio, no retóricamente las asimetrías, no hay construcción regional –porque no hay construcción regional si todos los países no se sienten participantes y beneficiarios del proceso de integración-, no hay uma integración ideológica. Si esa carga ideológica, si esa carga histórica, si esa unidad de pasado no se materializa en beneficios tangibles para los países, el proceso de integración tendrá una crisis de legitimidad muy difícil de revertir. Pero digo que tenemos líderes a la altura de las circunstancias históricas fuertes, re-legitimados, tenemos la presencia de un país que siempre fue un país que miró a América Central y Caribe y que hoy nos permite trazar un eje del Caribe a Tierra del Fuego, constituyendo una zona geo-económica y geopolítica que permite pensar entonces, com más sustento la Comunidad Sudamericana de Naciones.

Tenemos uma Bolivia que dice “quiero integrarme plenamente al MERCOSUR”. Tenemos un Presidente de Ecuador que dice “quiero acercarme más al MERCOSUR”; y tenemos uma coyuntura económica también muy importante porque los gobiernos de nuestros países han dejado atrás las vulnerabilidades, las crisis fiscales, los.... han resuelto, creo que es un dato fundamental, han resuelto los fundamentos principales de la economía. Entonces, ya eso permite pensar estratégicamente porque cuando uno tiene hiperinflación, alta inflación, crisis fiscal, déficit de la balanza comercial, no hay reservas en los Bancos Centrales, cómo se puede pensar en lo estratégico, en lo importante sobre lo necesario, en lo importante sobre lo urgente. Y creo que tenemos uma coyuntura excepcional para pensar en términos estratégicos y liderazgos a la altura de eso y una coyuntura económica donde aparece una nueva geografía comercial, lo que producimos es más competitivo, somos más competitivos, tenemos nuevos mercados y todo hace pensar que podemos estar ante uma coyuntura de crecimiento, de larga duración. Entonces digo, sobre estas condiciones el Parlamento del MERCOSUR es un avance muy significativo, que tampoco nos hace perder de vista los déficit, los problemas, los retos y los desafíos que tiene el MERCOSUR.

Y yo creo que este año, a pesar de la conflictividad, a pesar de las tensiones, a pesar de problemas que serían mejor que no existieran entre nuestros países, uno puede enumerar avances sustantivos. Digo algunos: incorporación de Venezuela, importantísima; pedido de Bolivia; la instrumentación de los fondos de convergencia estructural; mas de 10-12 proyectos ya de Uruguay y Paraguay, ya para poner en vigencia, los fondos estructurales del MERCOSUR; este Parlamento; la iniciativa del plan de combate contra la aftosa y esperamos que en estos días avancemos en la dimensión social del MERCOSUR, creando el Instituto Social, que los Ministros de Desarrollo Social de los países han acordado para que el MERCOSUR tenga una dimensión social y podemos tener, empezar a tener políticas públicas conjunta contra la pobreza, contra la marginalidad y contra la exclusión y podamos... y podamos también junto a este Parlamento, constituir un Foro fuerte de debate, de cómo cambiamos la distribución del ingreso en nuestra región, porque el cambio en las relaciones de fuerza es muy difícil en el plano nacional, lo estamos viviendo, lo vivimos en todos nuestros países, es decir, uma cosa es crecer y otra cosa es distribuir mejor y ese es un dilema que tiene la región y ese no es un tema sencillo y fácil. Y quiero que el Parlamento del MERCOSUR, las instancias sociales, las organizaciones productivas y sociales del MERCOSUR tenemos que protagonizar un debate fuerte, en una época que ya nos pensamos desde nosotros, a diferencia de los 80 y los 90 que nos pensaron otros y nosotros compramos ese pensamiento. Después de mucho tiempo los latinoamericanos, los sudamericanos, los mercosureños nos empezamos a pensar a nosotros mismos y empezamos a pensar una estrategia de desarrollo no cerrada, no autárquica, con diálogo en el mundo pero desde nuestros intereses nacionales y nuestros intereses regionales.

Así que yo quiero felicitar muchísimo a las autoridades, a los que han hecho ese esfuerzo y esperemos que este sea un paso para seguir profundizando un MERCOSUR mejor y retomando las palabras del Presidente Tabaré Vázquez, los déficit del MERCOSUR se resuelven con más y mejor MERCOSUR. Muchas gracias. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; prezado Senador Sérgio Zambiasi, Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul;

prezado Deputado Alfredo Atanasof, Presidente da Representação Argentina; prezado Sr. Chaco Alvarez, Presidente da Comissão de Representantes do Mercosul; prezado Deputado Roberto Conde, Presidente da Representação do Uruguai; prezado Senador González Nuñez, Presidente da Representação do Paraguai; prezado Deputado Saul Ortega, Presidente da Representação da Venezuela; prezada Senadora Emília Fernandes, Presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul; Srs. Chanceleres do Uruguai e do Paraguai; prezado Deputado Inocêncio Oliveira, Secretário do Congresso Nacional; Sr^{as}s e Srs. Deputados; Sr^{as}s e Srs. Senadores; Srs. Embaixadores; minhas senhoras, meus senhores, creio que os nossos países vivem um momento singular na história do esforço de integração da América Latina e da América do Sul.

A constituição do Parlamento do Mercosul marca um giro, uma viragem na construção de nossa integração. A presença das senhoras e dos senhores representantes a esta sessão de instalação do Parlamento do Mercosul é também uma homenagem aos séculos de esforços para que os nossos países alcançassem esse momento histórico.

Nascemos integrados pela natureza, por uma longa fronteira, por uma geografia comum, pelos nossos rios comuns. Nascemos integrados pela história nas tragédias comuns, como a Guerra Grande, da qual fomos os quatro integrantes protagonistas. Nascemos para desfrutar as paixões comuns dos povos e dos nossos países, e não por acaso temos, entre os quatro integrantes fundadores do Mercosul, exatamente os grandes campeões da paixão e do esporte do mundo: o futebol. Nascemos integrados pela nossa condição de buscar o destino comum que exigem os dias de hoje. Como disse o Chanceler brasileiro, “não é uma opção; não é uma alternativa; é um destino a nossa integração”; ou, como disse o grande intelectual e escritor uruguai Eduardo Galeano, “nós somos o que fazemos; mas somos essencialmente aquilo que fazemos para mudar o que somos”. Se somos, ainda, uma promessa de integração plena política, diplomática, militar, comercial, econômica, as bases já estão solidamente plantadas para que esse objetivo seja alcançado.

As palavras do Presidente Lula e as de todos os representantes que aqui falaram nos conduzem à linha comum que devemos perseguir nesse processo de integração política, econômica e comercial, que é a da generosidade. Superar nossas assimetrias, as nossas desigualdades, os nossos desequilíbrios pela nossa capacidade de reconhecer que só seremos uma unidade sólida, capaz de convencer os nossos povos, as nossas lideranças políticas, comerciais, sindicais,

empresariais, se reconhecermos que a condição fundamental para alcançarmos a integração profunda, duradoura e verdadeira, é a esperança que possamos oferecer aos nossos povos da redução das desigualdades entre os nossos países.

E isso exige, como alguém, aqui, disse, a generosidade daqueles que têm maior capacidade de conceder, de apoiar e de ajudar os integrantes detentores da maior fragilidade. Penso que esse papel o Brasil, principalmente, e a Argentina devem reconhecer não como benfeiteiros ou filantropos, mas, sim, como beneficiários fundamentais nesse processo de integração. Não faremos nenhum favor ao Uruguai ou ao Paraguai porque disso nunca precisaram; precisam de solidariedade. E o Brasil precisa reconhecer que qualquer diferença, por exemplo, na balança comercial não significará perda, mas significará força, porque integrará uma comunidade maior, mais solidária e, portanto, mais forte.

Parabéns aos companheiros, aos Senadores e aos Deputados, que fizeram aprovar em seus respectivos Parlamentos o acordo que permitiu esta solenidade de hoje.

Muito obrigado, meus companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço, por favor, que todos, inclusive a assistência, fiquem de pé, para fazermos a Declaração de Constituição do Parlamento do Mercosul:

(Todos ficam de pé.)

“Declaro constituído o Parlamento do Mercosul, composto por Parlamentares representantes da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai e da República Bolivariana da Venezuela”. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ex^{mo} Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; Ex^{mo} Presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Senador Sérgio Zambiasi; Ex^{mo} Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Inocêncio Oliveira; Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, Dr. Chacho Alvarez; Deputado Roberto Conde, Ex^{mo} representante da Representação Uruguaia na Comissão Parlamentar do Mercosul; Deputado Saul Ortega, Ex^{mo} Presidente da Representação Venezuelana na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Ex^{mas} Senhoras e Ex^{mos} senhores Parlamentares dos Países membros do Mercosul; Ex^{mo} Sr. Deputado Alfredo Atanasof, Presidente da Representação Argentina na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Ex^{mo} Sr. Senador Alfonso González Nunez, Presidente da

Representação Paraguaia na Comissão Parlamentar do Mercosul; Ex^a Sr^a Emília Fernandes, Presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, Capítulo Brasil, Ex^as Srs. Embaixadores, demais membros do Corpo Democrático, Exm^os Srs. Chanceleres aqui presentes, senhoras e senhores, jornalistas:

Hoje, como aqui já foi dito por todos, vivemos um momento histórico.

O destino nos reservou, a todos nós, a grande honra de participar do Congresso Nacional brasileiro num período fundamental para a consolidação da integração sul-americana.

Quinze anos depois de o Tratado de Assunção ter estabelecido as bases concretas do nosso bloco econômico, temos o maior orgulho de constituir o Parlamento do Mercosul, órgão de representação dos nossos povos, independentemente, autônomo.

Trata-se de um passo da maior importância na consecução do ideal de integração regional que nos move a todos: um símbolo concreto de nosso firme compromisso com a democracia, com a liberdade e com a paz.

O Parlamento serve também à afirmação da identidade do Mercosul. E poucas instituições comunitárias poderão fazê-lo tão adequada e eficazmente.

Estamos convencidos de que, com a celebração no dia de hoje da constituição do Parlamento do Mercosul, damos forma e expressão a uma dimensão adicional e complementar também àquelas de nossas nacionalidades.

A criação do Parlamento do Mercosul constituirá fator fundamental: para maior legitimação dos processos decisórios, mediante a ampliação da participação da sociedade; e para a dinamização e o aprofundamento da integração regional.

Desempenhará papel decisivo na consolidação democrática e no amadurecimento político-institucional dos países que compõem o Bloco.

O Parlamento terá, em primeira etapa de transição, seus integrantes eleitos pelos parlamentares da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai – aos quais contamos venham se somar em breve os congressistas dos outros países, principalmente os da Venezuela.

Ao final de 2010, na segunda fase da transição, entrará em vigor a “representação cidadã”. Cada país elegerá diretamente, pelo voto popular, os seus representantes no Parlamento, conforme a legislação de cada Estado-Parte.

Em 2014, será estabelecido, em comum acordo, o “Dia do Mercosul Cidadão” para eleição dos parlamentares, de forma simultânea, em todos os Estados-Parte, por sufrágio direto, universal e secreto.

Que Deus nos preserve a todos para ver e celebrar esse dia.

Senhoras e senhores, com a instalação do Parlamento, os países membros do Bloco dão demonstração claríssima e cabal de que a integração regional é irreversível e desejada por todos nós. A nossa união vai além da parceria econômico-comercial. A nossa integração será também científico-tecnológica, cultural, jurídica, social e estratégica.

O Parlamento do Mercosul constituirá, seguramente, o fórum político de debates e de busca de consenso nos temas que interessam a toda a região.

Com o Parlamento conseguiremos acelerar o processo de internalização das normas do Mercosul a nossos ordenamentos jurídicos internos.

Presidente Aldo Rebelo, com peso de sua representatividade, o Parlamento do Mercosul servirá também à nossa determinação de promover os direitos humanos, desenvolvimento sustentável da região, com inclusão e justiça social, bem como o respeito à diversidade cultural dos nossos povos.

Os Poderes Executivos e Legislativos dos Estados-Parte do Mercosul têm diante de si a responsabilidade de proporcionar ao futuro Parlamento, desde o seu início, apoio decisivo à conformação de uma instituição dotada de credibilidade, competência, legitimidade, representatividade e meios de atuação eficazes.

Sua interação com os órgãos decisórios do Mercosul será, portanto, crucial para o seu desempenho.

A eficácia de uma assembleia parlamentar depende não apenas de seus esforços próprios, mas também, em larga medida, da colaboração ou da oposição dos demais componentes da estrutura institucional em que se insere.

O Parlamento terá de ser percebido pela opinião pública como instituição transparente, com ampla interação com a sociedade. E, por ser entidade austera, não trará ônus desnecessários sobre os orçamentos nacionais. Dependerá, fundamentalmente, do próprio Parlamento, da visão estratégica e do compromisso pessoal de seus membros a construção de uma imagem positiva junto às sociedades dos Estados-Parte, aos demais órgãos do Mercosul e aos interlocutores externos.

O Parlamento do Mercosul terá ainda outro grande desafio: legitimar a integração, representar os respectivos povos e trazer ao debate público os grandes temas regionais. Terá de aproximar as culturas, desfazer eventuais crises de desconfiança e debater os diferentes interesses de cada Estado Parte.

Senhoras e senhores, há momentos em que o Mercosul parece não progredir. Porém, são assim os processos de integração: paulatinos e necessaria-

mente adaptáveis às circunstâncias históricas para que possam, Senador Antonio Carlos Magalhães, ser irreversíveis.

Entretanto, nossos países não devem esmorecer. A vontade de integração deve prevalecer acima de quaisquer divergências em conjuntura adversa. Todo processo de integração é lento e se faz com avanços e retrocessos.

Cada nação tem seus próprios interesses internos, e, naturalmente, há setores da sociedade que se sentem prejudicados pelos produtos concorrentes ou por decisões do país vizinho – é natural.

O Brasil, por vezes, é visto com injusta desconfiança, devido às suas dimensões geográficas e à pujança de sua produção econômica. Porém, temos sempre deixado claro, absolutamente claro, não posuímos qualquer pretensão hegemônica. Queremos sempre uma integração justa e realista.

Nossos futuros estão interligados de forma inexorável, tanto no Mercosul, como na Comunidade Sul-Americana de Nações que queremos ver institucionalizada.

Senhoras e Senhores, completamos, hoje, o arcabouço institucional do Mercosul.

Vem à luz, agora, parte significativa do sonho de integração que se tem materializado desde os Tratados de Montevidéu, de 1960 e 1980.

Em seu Governo, o Presidente e hoje Senador José Sarney deu os passos decisivos em direção à integração, ao lado de estadistas como Raúl Alfonsín, da Argentina, e Júlio Sanguinetti, do Uruguai.

Com a Declaração de Iguaçu, de 30 de novembro de 1985, os Presidentes Sarney e Alfonsín começavam a ultrapassar as rivalidades do Brasil com a Nação irmã argentina.

No Governo Sarney, firmou-se, em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com a Argentina, que foi, na verdade, o embrião do próprio Mercosul.

Em março de 1991, no Governo Fernando Collor, foi assinado o Tratado de Assunção, que estabeleceu o Mercado Comum do Sul.

Previam-se então, na União Alfandegária, a livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais.

Em 1994, no Governo Itamar Franco, o Protocolo de Ouro Preto formalizou a estrutura institucional da União Aduaneira.

Hoje, os cinco países do Mercosul, mais a Bolívia e o Chile, associados ao Bloco, são signatários do Protocolo sobre Compromisso Democrático no Mercosul, firmado em 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Por esse acordo, nossos países reconhecem que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração.

Repudiamos, assim, toda ruptura da ordem democrática em um dos Estados Partes.

No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, muito se fez pela criação do Parlamento do Mercosul.

Esse esforço foi concluído em dezembro passado, quando os Chefes de Estado dos quatro países membros de então assinaram o Protocolo Constitutivo do Parlamento.

Senhoras e Senhores, desejamos cumprimentar sinceramente e agradecer aos queridos amigos Senadores Sérgio Zambiasi, Presidente da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta, e Pedro Simon, Vice-Presidente da Comissão, bem como a todos os parlamentares que participaram de maneira brilhante e incansável desse trabalho, para que pudéssemos chegar a este momento.

Dentre eles, cito com especial apreço o Deputado Doutor Rosinha, atual Secretário-Geral da Comissão.

Os contenciosos não deixarão de acontecer.

Novas divergências poderão surgir em nossa União.

O Parlamento do Mercosul será, entretanto, o grande espaço para que todas as questões regionais sejam intensa e livremente estudadas, debatidas e discutidas, com a legitimidade dos representantes de nossos povos.

Sonhamos com uma integração completa, absolutamente completa, com moeda única, com livre trânsito não só de mercadorias e empresas, mas principalmente de pessoas, que haverão de ter cidadania única, a cidadania sul-americana, porque somos Países unidos, com interesses comuns diante do mundo.

É um sonho ainda distante, mas possível.

Um sonho que nos cumpre, sem dúvida alguma, realizar.

Senhoras e Senhores, caberá ao Parlamento do Mercosul, como fórum de debates e troca de idéias, de busca de consenso, de aproximação e de avanços institucionais na integração sul-americana, tornar nossa aspiração realidade.

Muito obrigado a todos e parabéns por este momento histórico que todos vivemos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas, e cumprida a finalidade da sessão, declara-a encerrada.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 03 minutos.)

()Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 18-4-2006

Composição

Presidente: Dep. Gilmar Machado (PT/MG)

1º Vice-Presidente: Sen. Efraim Morais (PFL/PB)

2º Vice-Presidente: Dep. Júlio César (PFL/PI)

3º Vice-Presidente: Sen. Serys Shessarenko (PT/MT)

Relator da LDO/2007:

Relator do Orçamento/2007:

SENAORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Heráclito Fortes	1.Demóstenes Torres
Efraim Morais	2.Jonas Pinheiro
Romeu Tuma	3.José Jorge
Paulo Octávio	4.Édison Lobão
Sergio Guerra	5.Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	6.Teotônio Vilela Filho
Leonel Pavan	7.Arthur Virgílio
Flexa Ribeiro	8.
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Leomar Quintanilha (cessão)
Romero Jucá	3. Amir Lando
Gilvam Borges	4. João Alberto Souza
Wellington Salgado de Oliveira	5. Almeida Lima
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PL)	
João Ribeiro	1. Ana Júlia Carepa ⁽⁴⁾
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Serys Shessarenko	3. Roberto Saturnino
Sibá Machado	4.Fátima Cleide
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Sérgio Zambiasi
P-SOL	
Heloísa Helena	1.
PCdoB	
	1.
(*)PRB	
Marcelo Crivella	1.

(**) Designação feita em 12-04-2006 (SF)

(4) Substituição da Sen. Ideli Salvatti, pela Sen. Ana Júlia Carepa (S), em 18-4-2006 – Bloco (PT-PSB-PL) - (SF)

(*) Designação feita nos termos da Res. Nº 2/2000-CN.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss – SC	1. Carlos Abicalil - MT
Devanir Ribeiro – SP	2. Durval Orlato - SP
Gilmar Machado – MG	3. Iriny Lopes - ES
	4. João Grandão – MS
José Pimentel-CE	5. Leonardo Monteiro – MG
Nelson Pellegrino – BA	6. Nazareno Fonteles – PI
Paulo Pimenta – RS	7. Roberto Gouveia - SP
Paulo Rubem Santiago – PE	8. Rubens Otoni -GO
Vignatti – SC	9. Terezinha Fernandes – MA
Walter Pinheiro-BA	10. Vander Loubet – MS
PMDB	
Benjamin Maranhão - PB ⁽⁶⁾	1. Aníbal Gomes – CE ₍₆₎
Eunício Oliveira - CE ₍₆₎	2. Átila Lins - AM ₍₆₎
Hermes Parcianello - PR ₍₆₎	3. Gervásio Oliveira - AP ₍₆₎
José Priante - PA ₍₆₎	4. Jorge Alberto - SE ₍₆₎
Marcello Siqueira - MG ₍₆₎	5. Lupércio Ramos - AM ₍₆₎
Marcelo Castro - PI ₍₆₎	6. Marcelino Fraga - ES ₍₆₎
Osvaldo Reis - TO ₍₆₎	7. Natan Donadon - RO ₍₆₎
Pedro Chaves - GO ₍₆₎	8. Olavo Calheiros - AL ₍₆₎
Pedro Novais - MA ₍₆₎	9. Waldemir Moka - MS ₍₆₎
Zé Gerardo - CE ₍₆₎	10. Wilson Santiago - PB ₍₆₎
BLOCO (PFL/PRONA)	
Carlos Melles - MG ⁽²⁾	1. Betinho Rosado - RN ₍₂₎
Cláudio Cajado - BA ₍₂₎	2. Fernando de Fabinho - BA ₍₂₎
Eduardo Sciarra - PR ₍₂₎	3. José Mendonça Bezerra - PE ₍₂₎
José Carlos Machado - SE ₍₂₎	4. Lael Varella - MG ₍₂₎
José Rocha - BA ₍₂₎	5. Luiz Carreira - BA ₍₂₎
Júlio César - PI ₍₂₎	6. Mussa Demes - PI ₍₂₎
Laura Carneiro - RJ ₍₂₎	7. Osório Adriano - DF ₍₂₎
Pauderney Avelino - AM ₍₂₎	8. Osvaldo Coelho - PE ₍₂₎

⁽⁶⁾ Designações feitas em 25-04-2006 – PMDB-CD

⁽²⁾ Designações feitas em 18-04-2006 - BLOCO (PFL/PRONA)-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PSDB	
Alberto Goldman - SP	1. Anivaldo Vale - PA
Bismark Maia - CE	2. Antônio Cambraia - CE
Helenildo Ribeiro - AL	3. Antônio Joaquim - MA
Júlio Semeghini - SP	4. João Campos - GO
Nárcio Rodrigues - MG	5. Júlio Redecker - RS
Professora Raquel Teixeira - GO	6. Paulo Feijó - RJ
Ronaldo Dimas - TO	7. Walter Feldman - SP
PP	
João Leão - BA	1. Antonio Cruz - MS
Nelson Meurer – PT	2. Benedito de Lira – AL
Márcio Reinaldo Moreira – MG	3. Feu Rosa - ES
Roberto Balestra - GO	4. Leodegar Tiscoski – SC
Herculano Anghinetti - MG	5. Nélio Dias - RN
Francisco Dornelles - RJ	6. Sandes Júnio r- GO
PTB	
Alex Canziani – PR	1. Alceste Almeida - RO
José Chaves – PE	2. Cleuber Carneiro – MG
Josué Bengtson – PA	3. Jackson Barreto – SE
Jovair Arantes – GO	4. Paes Landim - PI
Pedro Fernandes – MA	5. Ricarte de Freitas-MT

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PL	
Almir Sá – RR	1. Coronel Alves - AP
Amauri Gasques – SP	2. Milton Monti – SP
Humberto Michiles – AM	3. Raimundo Santos – PA
Jaime Martins – MG	4. Sandro Mabel - GO
Wellington Roberto – PB	5. Wellington Fagundes - MT ⁽⁵⁾
PSB	
Alexandre Cardoso - RJ	1. Beto Albuquerque – RS
Gonzaga Patriota – PE	2. Luciano Leitoa - MA
Iberê Ferreira - RN	3. Pastor Francisco Olímpio – PE
PDT	
Manato-ES ⁽¹⁾	1.Luiz Piauhylino-PE ₍₁₎
Álvaro Dias-RN ₍₁₎	2.Dr. Rodolfo Pereira-RR ₍₁₎
Sérgio Miranda-MG ₍₁₎ ⁽³⁾	3.(1)
PPS	
Geraldo Resende-MS	1. Cezar Silvestri - PR
Rogério Teófilo-AL	2. Colbert Martins - BA
PC do B	
Daniel Almeida - BA	1.
PV	
Leonardo Mattos – MG	1. Marcelo Ortiz – SP
P-SOL	
Maninha - DF	1. Orlando Fantazzini - SP
PSC	
Zequinha Marinho - PA	1. Deley - RJ
PMR	
José Divino - RJ	1. Vieira Reis - RJ

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala "C" – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 3216-6893 – 3216-6894

⁽⁵⁾ Designação feita em 19-04-2006 – PL-CD

⁽¹⁾ Designações feitas em 17-04-2006 – PDT-CD

⁽³⁾ Substituição do Dep. Miro Teixeira, pelo Dep. Sérgio Miranda (T), em 18-4-2006 – PDT-CD

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 (Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
 (Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO)²	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira
COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPILY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE FONTANA PT-RS	LÍDER DA MAIORIA NEY SUASSUNA PMDB-PB
LÍDER DA MINORIA JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ALVARO DIAS PSDB-PR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL ALCEU COLLARES PDT-RS	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



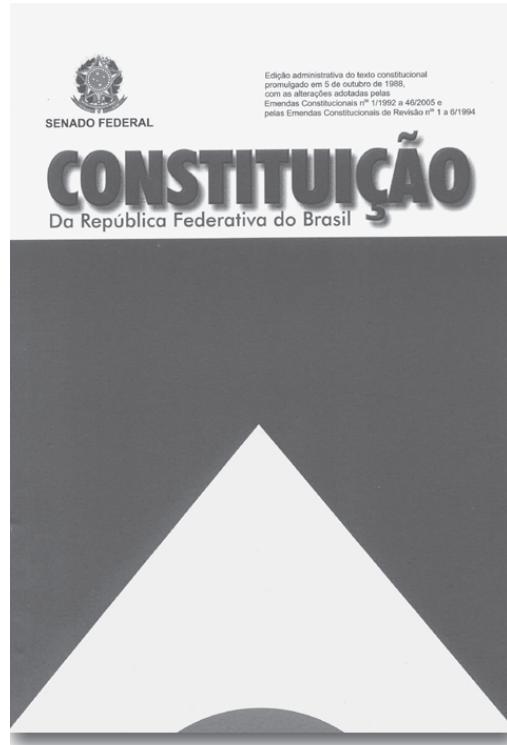
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 52 PÁGINAS